

**COLÉGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR ANTONIO
FRANCO FERREIRA DA COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL**

Aut.Func. Do Funcionamento DEC. 4111/67 de 07/05/67
Reconhecimento do Estabelecimento RES. 3391/83 de 03/10/83
Rua Rio Grande do Sul, 125 – Fone/Fax: (0xx) 45-1272
CEP 85.400-000 – Guaraniaçu - Paraná

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
VOLUME 1**

**GUARANIAÇU – PARANÁ
2010**

Pode existir vida sem sonho.
Porém, vida humana e história não existem sem sonho.
Paulo Freire

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
01 – MARCO SITUACIONAL.....	8
1.1 – Identificação.....	8
1.2 – Níveis e Modalidades de Ensino.....	9
1.3 – Aspectos históricos da Escola.....	10
1.4 – Caracterização da Comunidade Escolar.....	24
1.5 – Recursos Humanos.....	25
1.5.1 – Perfil da Equipe de direção.....	25
1.5.1.2 – Descrição da Equipe de Direção.....	27
1.5.2 – Equipe Pedagógica.....	28
1.5.2.1 – Perfil da Equipe Pedagógica.....	28
1.5.2.2 – Objetivos da Equipe Pedagógica.....	29
1.5.2.3 – Descrição da Equipe Pedagógica.....	31
1.5.3 – Equipe de Professores.....	31

1.5.3.1 – Perfil dos Professores.....	31
1.5.3.2 – Equipe de Professores.....	32
1.5.4 – Perfil dos Agentes Educacionais II.....	36
1.5.4.1 – Equipe de Agentes Educacionais II.....	36
1.5.5 – Equipe de Agentes Educacionais I.....	37
1.5.5.1 – Descrição de Agentes Educacionais I.....	38
1.6 – Recursos Materiais e Físicos	39
1.6.1 – Descrição da Estrutura Física.....	39
1.6.2 - Inventário de Bens Móveis.....	40
02 - MARCO CONCEITUAL.....	41
2.1 - Justificativa.....	41
2.2 – Objetivos Gerais do Ensino Fundamental.....	42
2.3 – Objetivos Gerais do Ensino Médio.....	44
2.4 – Objetivos do Ensino Profissionalizante - Curso de Formação de Docentes	45
2.5 - Objetivos do Ensino Profissionalizante - Curso Técnico em Agroindústria.	46
3 – PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DO ESTABELECIMENTO.....	47
3.1 - Papel Social da Escola.....	48
3.2 - Conceito de Sociedade Democrática e Autonomia Escolar.....	48
3.3 - O Que se Pretende da Escola do Ponto de Vista Político Pedagógico.....	50
3.4 – Educação Especial	51
3.5 – Do Estágio não obrigatório.....	56
3.6 – Sistema de Avaliação.....	57
3.6.1 - Avaliar Para Replanejar.....	58
3.6.2 - Critérios de Avaliação.....	59
3.6.3 - A Correção Como Momento de Aprendizagem.....	59
3.6.4 - Auto-Avaliação.....	60
3.6.5 - Instrumentos de Avaliação.....	60
3.6.6 - Formas de Obtenção da Nota Bimestral.....	61
4. MARCO OPERACIONAL.....	63
4.1 - Ações Gerais da Escola.....	63
4.2 – Plano de Ação da Direção.....	65
4.2.3 - Avaliação da proposta.....	67
4.3 - Formação Continuada de Professores e Funcionários.....	68
4.3.1 – Hora Atividade.....	71
4.4 – Instâncias Colegiadas.....	71
4.4.1 - APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários.....	71
4.5 – Plano de ação da APMF.....	74
4.5.1 – Articulação Escola, Família e Comunidade.....	75
4.5.2 – Conselho Escolar.....	75
4.5.2.1 – Plano de ação do Conselho Escolar.....	76
4.5.3 – Conselho de Classe.....	79
4.5.3.1 - Características do Conselho de Classe.....	79
4.5.3.2 - Objetivos do Conselho de Classe.....	79
4.5.4 – Regimento Escolar.....	80
4.5.5 – Grêmios Estudantil.....	81
4.5.6 – Atividades de Complementação Curricular – VIVA ESCOLA.....	81
4.5.7 – Desafios Contemporâneos.....	82
4.6 – Recursos financeiros: convênios, programas e parcerias	83
4.6.1 – Fundo Rotativo.....	83
4.6.2 - Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.....	85
4.6.3 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	87

4.7 – Estágio não obrigatório e obrigatório.....	89
4.7.1 – Objetivos do Estágio.....	92
4.7.2 – Locais de Realização dos Estágios.....	94
4.7.3 – Carga Horária e Período de Realização do Estágio Não Obrigatório e Obrigatório.....	95
4.7.4 –Atividades de Estágio.....	95
4.7.5 –Estágio Não Obrigatório – Curso Ensino Médio.....	95
4.7.6 – Estágio Obrigatório – Curso Formação de Docentes.....	97
4.7.7 –Atribuições da Instituição de Ensino.....	98
4.7.8 – Atribuições do Responsável pelo Estágio - Pedagogo.....	99
4.7.9 –Atribuições da Parte Concedente.....	100
4.7.10 – Atribuições do Responsável pela Supervisão de Estágio na Parte Concedente.....	101
4.7.11 –Atribuições do Estagiário.....	102
4.7.12 – Forma de Acompanhamento do Estágio.....	104
4.7.13 – Avaliação do Estágio.....	104
4.8 – Parcerias com a APMF.....	105
4.9 - Recursos Humanos.....	106
4.10 – Avaliação do Projeto Político Pedagógico.....	106
4.11 – Avaliação Institucional – Sistema de acompanhamento e avaliação do estabelecimento.....	107
REFERÊNCIAS.....	108

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa expressa a identidade e os fundamentos éticos, políticos, epistemológicos e didáticos-pedagógicos que norteiam sua caminhada. O Projeto Político-Pedagógico como um todo, deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, em constante reformulação.

Esta constante re-elaboração deve-se à necessidade de organizar e atualizar o conjunto de princípios orientadores que servem de base para a estruturação dos fundamentos que norteiam a ação pedagógica do colégio, isto por considerarmos que o mesmo, é a manifestação de sujeitos concretos que devem estar sintonizados com os avanços da ciência da educação.

Ele é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa. É o caminho mais acertado para reinventar a escola, ressignificando suas finalidades e objetivos.

O Projeto Político-Pedagógico deve representar o compromisso de um grupo com uma determinada trajetória no cenário educacional. Há necessidade, porém, de clareza sobre a força e os limites deste projeto. A corporeidade do mesmo acontece na interação entre os sujeitos: professores, alunos, pais e funcionários que são as pessoas que dão vida à escola. Mais do que um documento transcrito em papel, o projeto compromete pessoas com uma ideia, com uma prática libertadora, transformadora. A forma de firmar este compromisso implica planejamento, o qual dá lugar e sentido as ações conduzidas pelas suas diretrizes.

A função do Projeto é, portanto, delinear o horizonte da caminhada, estabelecendo a referência geral, expressando o objetivo e o compromisso do

grupo. Isto, porém, não é suficiente. As propostas curriculares de cada disciplina e/ou curso são fundamentais para garantir a qualidade pedagógica, é também nelas que são explicitadas as decisões sobre metodologia do ensino, conteúdos estruturantes, objetivos e avaliação.

Um projeto político-pedagógico deve ultrapassar os limites de simples agrupamentos de planos de ensino e de informações técnicas sobre a instituição escolar.

“O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio – político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (...) Na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade”. (Veiga, 1995)

O Projeto Político-Pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe pedagógica e demais profissionais que atuam na instituição de ensino, além de alunos, pais e a comunidade como um todo.

O presente projeto está organizado em três volumes, sendo que no Volume I constam os marcos situacional, conceitual e operacional; o Volume II é destinado à organização das Propostas Pedagógicas Curriculares do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso de Formação de Docentes e, por fim o Volume III que apresenta o Calendário Escolar, as Matrizes Curriculares, o Regimento Escolar e as atividades de complementação curricular ofertadas na escola.

01 – MARCO SITUACIONAL

1.1 – Identificação

Estabelecimento: Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa

Endereço: Rua Rio Grande do Sul, nº 125

Município: Guaraniaçu, PR

Fone: (45) 232-1272 e (45)

3232-1610

Turnos de Funcionamento: Matutino, Vespertino e Noturno

Distância do NRE de Cascavel: 70 km

Mantenedor: Governo do Estado do Paraná.

Autorização de funcionamento: Resolução nº 4111/67 de 07/05/1967.

Reconhecimento: Resolução nº 3391/83.

Renovação do Reconhecimento: Ensino Fundamental: Resolução 1445/08

Ensino Médio: Resolução 1711/08

Curso Formação Docente: Resolução 5043/2007

Curso Formação Docente APR: Parecer 660/2009

Aprovação do Regimento Escolar: Ato Administrativo nº 0500/2003 de 17/12/2003.

Número de turmas em 2010:

Nº de matrículas em 2010: 1685

Organização do tempo escolar: Seriado

Ensino Fundamental		Ensino Médio		Curso de Formação de Docentes Integrado e com Aproveitamento de Estudos		Casa Familiar Rural / Técnico em Agroindústria	
série	Nº de turmas	série	Nº de turmas	série	Nº de turmas	série	Nº de turmas
5ª	8	1º	6	1º	1	5ª	-
6ª	7	2º	6	2º	1	6ª	1
7ª	6	3º	4	3º	1	7ª	1
8ª	7			4º	1	8ª	1
				1º APD	2	1º	1
				2º APD			

Serviços de apoio e cursos ofertados: 02 Salas de Apoio de Língua Portuguesa e Matemática aos alunos de 5ª série; 02 Salas de Recursos para alunos do Ensino Fundamental; 03 turmas de Espanhol no CELEM – Centro de Língua Estrangeira Moderna e 03 atividades de complementação curricular através do Programa Viva Escola.

1.2 – Níveis e Modalidades de Ensino

O Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa funciona, atualmente, nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, oferecendo dois níveis de ensino, sendo:

- Ensino Fundamental (5ª a 8ª Série);
- Ensino Médio.

Além desses níveis, oferece duas modalidades:

- Educação Profissional, de nível médio, integrado;
- Educação Especial (sala de recurso – Deficiência Mental e Transtornos de Aprendizagem).

Vejam no quadro abaixo a descrição dos níveis e modalidades de ensino e suas respectivas turmas/quantidade de alunos:

Nível e/ou modalidade de ensino	Séries	Turno	Nº de alunos	Total de Alunos
Ensino Fundamental	5.ª Série	M/T	228	960
	6.ª Série	M/T	248	
	7.ª Série	M/T	220	
	8.ª Série	M/T/N	264	
Ensino Médio	1.ª Série	M/T/N	201	514
	2.ª Série	M/T/N	180	
	3.ª Série	M/T/N	133	
Curso de Formação de Docentes Integrado e Com Aproveitamento de Estudos	1.ª Série	M/N	146	211
	2.ª Série	M/N	28	
	3.ª Série	M/N	22	
	4ª Série	N	15	
TOTAL DE ALUNOS				1685

O Colégio ainda possui 02 turmas de Sala de Apoio para alunos de 5ª série com defasagem de conteúdos básicos nas disciplinas de Matemática e Português. As salas funcionam em período de contra-turno, com 15 alunos em cada turma.

Também possui 02 Salas de Recursos – Deficiência Mental e Dificuldades de Aprendizagem, as quais atendem 40 alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou deficiência mental. Estes alunos são avaliados no contexto escolar, além de serem avaliados por psicólogos e médicos neurologistas quando necessário. Os alunos recebem atendimento em contra-turno, duas vezes na semana, por professores especializados em Educação Especial, os quais ainda oferecem orientação aos professores regentes da classe regular em que estes alunos estão matriculados. Ambas as salas (Recurso e Apoio), são destinadas apenas a alunos do ensino fundamental e funcionam em contra turno.

No ano de 2009 o colégio ofereceu também 05 atividades de Complementação Curricular através do Programa Viva Escola, sendo elas Brinquedos e Brincadeiras; Viva Escola com Futsal; Rumo ao Vestibular; História, Cinema e Literatura e Informativo Escolar. Estas atividades de complementação curricular funcionam em contra-turno, na atividade Rumo ao Vestibular a comunidade também participa. As propostas de cada atividade estão anexas a este documento.

Em 2010 terão continuidade as atividades de complementação curricular Viva Escola com Futsal e Cinema, História e Literatura, além destas contaremos com a atividade Aprendendo e Brincando Inglês, estas atividades estão com seus Planos de Ação Docente contemplados no Volume 2 deste documento, ou seja, junto à Proposta Pedagógico Curricular.

1.3 – Aspectos históricos da Escola

1967 e 1968

O ano de 1967, foi um marco na história de Guaraniaçu. Pelo Decreto nº 4111/67 de 07 de maio, o então Governador do Estado do Paraná, Paulo Cruz Pimentel e o Secretário de Estado da Educação, Carlos Alberto Moro, criaram o Ginásio Estadual Francisco Maia. Através de um Título de Concessão de Domínio Pleno, expedido pelo então Prefeito Municipal de Guaraniaçu, Olavo Della Torre, em 28/08/67, sem valor declarado, o Estado do Paraná adquiriu os lotes 01 a 18 (um a dezoito), da Quadra nº 51 (cinquenta e um), do Perímetro Urbano de Guaraniaçu, com área total de 8836m², confrontando com as Ruas

Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Afonso Pena e Nilo Peçanha. As obras de construção do prédio do Ginásio, já estavam em andamento e, em 11/09/67, o Governo do Estado do Paraná, registrou o terreno no Registro de Imóveis, Hipotecas da Comarca de Laranjeiras do Sul – PR, anotadas no livro nº 03, à folha 206, transcrição nº 14.960, fazendo a averbação da construção de alvenaria em 13/09/67, medindo 942,10 m², distribuídos em 08 salas de aulas, 01 secretaria, 01 gabinete para o diretor, 01 sala de professores, 01 sala de espera, 01 Hall (saguão) e 02 conjuntos de banheiros. Com a Portaria nº 12940/67, que autorizou o funcionamento da Escola, iniciou-se em 1968, a atividade pedagógica, com o Exame de Admissão e, em 04/03/1968 realizou-se a aula inaugural do Ginásio. A primeira diretora indicada foi Hercília Marlene Garcia Born, que permaneceu até 1972. Ainda em 1968, a Escola passou a chamar-se Ginásio Estadual de Guaraniaçu, ofertando o ensino de 1º Grau. Contava então com 04 turmas num total de 72 alunos.

Eram professores desta época: Wallace Moliterno Garcia, Antonio Ferronato, Antonio Ramos dos Santos, Ana Neoli dos Santos, Caetano Bernardo Filho, Nelsy Pavelski, Olavo Della Torre, Frei Egidio Carlotto, Hercília Marlene Garcia Born e Nélio Vieira.

1969 a 1979

Em 24/06/1969, numa reunião da Comunidade, com presença de professores, autoridades e representantes de pais, ficou deliberado que o ginásio passaria a chamar-se Ginásio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, em homenagem póstuma ao Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa que prestou serviços relevantes a comunidade de Guaraniaçu especialmente na criação da Comarca de Guaraniaçu, que chegou a receber o Título de Cidadão Honorário de Guaraniaçu.

A primeira turma de formandos de 1969, chamada “Turma Hercília Marlene Garcia Born”, tinha como alunos: Antonio Zaniolo, Claudinor Roberto Stempniak, Damião Fernandes Buzzachera, Eloisa Maria Girolometo, Euclides De Bastiani, Joaquina Aparecida Rodrigues, Luiz Bruno Pasqualotto, Luiz Koprovski, Luiz Nelson Gemelli, Maria Mirian Mocelin, Maria Nakonecznei, Naldi Gemelli, Risolete Mocelin, Terezinha Mafalda Lorençatto, Terezinha Rodrigues Cezemer, Vera Maria Barbosa e Vilmar Alberto Sandi.

Foram também diretores do Ginásio, Dionísio Sabatoski (1973), Osdival P.

Paiva (1974), Érico Pinto Piana (1975), Albano Tomasini (1976), Cláudio Sabatoski (1978) e Irmã Maria Scremin (1979 a 1984).

1980 a 1990

Em 1980, a Resolução nº 1990 da Secretaria de Estado da Educação, homologou o Parecer nº 119/80 e aprovou o Plano de Implantação do Ensino de 1º Grau para o Ginásio. Então, em 30/12/81, a Resolução nº 3293, autorizou e incorporou o Ginásio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, ao Complexo Escolar “Dom Bosco”, Ensino de 1º Grau, trocando o nome do Ginásio para Escola Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa – Ensino de 1º Grau.

Em 1981, se formam as primeiras turmas de alunos do curso de 2º Grau, da Habilitação Plena de Contabilidade, com 22 alunos e da Habilitação Básica em Saúde, com 16 alunos. Em 1982, forma-se a primeira turma de Básico em Agropecuária, com 11 alunos.

Nesse período, o Colégio foi ampliado, com a construção de mais 05 salas de aula e dois conjuntos de banheiros, tendo assim uma área construída de aproximadamente de 1325m².

Em 1983, a Resolução nº 1769, publicada no Diário Oficial nº 1567, de 29/06, em seu Artigo 1º, alterou o nome do Complexo Escolar Dom Bosco – Ensino de 1º e 2º Graus, para Complexo Estadual Dom Bosco – Ensino de 1º e 2º Graus e Escola Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa – Ensino de 1º Grau para Escola Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa. A Resolução nº 2449/83, publicada no Diário Oficial nº 1578 de 14/07/83, transferiu o curso regular de 2º grau do Colégio Estadual Rocha Pombo – Ensino de 1º e 2º Graus para a Escola Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa – Ensino de 1º Grau e, em decorrência disso, a Escola passou a denominar-se Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa – Ensino de 1º e 2º Graus e a Resolução nº 3391/83 de 03/10/83 reconheceu o curso de 2º grau, na Habilitação Plena de Contabilidade e Básicas em Agropecuária e em Saúde. A Resolução nº 3414/83 de 04/10/83, reconheceu o curso de 1º grau do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa. A última turma da Habilitação Básica em Agropecuária formou-se em 1984, com 05 alunos.

Foram diretores do Colégio: Cláudio Sabatoski (1985), Ana Neoli dos

Santos (1986 a 1989). Os Pareceres 89 e 90, de 05/02/86, aprovaram o Projeto de Implantação de novo curso de 2º Grau Regular – Propedêutico, para funcionar no Colégio, atualizado pela Resolução nº 511/86 de 06/02/86, em substituição a Habilitação Básica em Saúde, cuja cessação gradativa, foi atualizada pelo Parecer n.º 200/86 de 19/02/86 homologado pela Resolução nº 686/86 de 20/02/86. O Parecer nº 321 de 10/05/88 homologado pela Resolução nº 1455 de 12/05/88 cessou definitivamente, também a Habilitação Básica em Agropecuária. A última turma da Habilitação Básica em Saúde formou-se em 1987, com 21 alunos.

A Resolução nº 2915 de 12/09/88 reconheceu o curso de 2º Grau – Educação Geral, o qual passou a integrar o reconhecimento originalmente declarado pela Resolução nº 3391/83. Estavam em funcionamento na Escola, além do curso de 1º Grau, os cursos de 2º Grau Educação Geral e Contabilidade.

Em 13/07/89 foram iniciadas as obras de ampliação do Colégio em mais 339,03m², concluída em Março/90, quando eram diretores Wilson Stadler (1990) e Regina Céli Mantovani Munaretto (1990). Esta obra terminou com uma área um pouco maior e modificada em relação ao previsto, sendo construídas no térreo mais 04 salas de aula, 04 salas para setor administrativo, Hall e área de circulação.

1991 a 1994

De 1991 a 1994, foi Diretora a professora Eliana Mara Della Torre. Nesse período, o Parecer nº 736 de 12/12/91, homologado pela Resolução n.º 4458 de 24/12/91, autorizou a implantação da 4ª série da Habilitação Técnico em Contabilidade, com expedição de Certificado de Auxiliar em Contabilidade, ao final da 3ª série e de Diploma de Técnico em Contabilidade na conclusão da 4ª série. A primeira turma de 4ª série, formou-se em 1992, com 09 alunos.

Foi dado prosseguimento, em Maio/91 ao Projeto da Cobertura para a Quadra Poliesportiva do Colégio, que tinha a estrutura lateral construída há mais de dez anos. A obra só foi concluída em 17/03/96, com uma área total coberta de 1370 m².

A Resolução nº 4122 de 28/11/91 autorizou a implantação da Habilitação de Magistério e o Parecer nº 76 de 02/01/92 aprovou o Projeto de Implantação Adicional da Habilitação Magistério, a partir do ano letivo de 1992, cujo

funcionamento foi autorizado pela Resolução nº 349 de 30/01/92.

Em agosto de 1992, é lançado o projeto das obras no subsolo e térreo do Pavilhão C, que fora construído em 1990. Mas só em Maio/95, foi autorizada a construção da área de 406,16m², onde estão edificadas 01 cozinha, 01 refeitório, 01 cantina, 01 banheiro e área de serviços.

Em 27/05/93, a Resolução nº 2892, designou o nome dos primeiros Conselheiros do Conselho Escolar do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa e reconheceu o Estatuto. O Conselho, de auxílio à Direção do Estabelecimento, conta com representantes dos vários segmentos da Comunidade Escolar.

A Resolução nº 5390/93, da Superintendência da Educação, aprovou nova Grade Curricular para o Ensino de 1º Grau, que passou a vigorar a partir do ano letivo de 1994.

1995 a 1997

Em 1995, assume a direção do Colégio, a professora Maria Aparecida de Oliveira e Vice Diretor Ivo Darcy Soligo. Em 1996 e 1997, foi diretora a professora Ilza Ribeiro Gonçalves, sendo Diretor Auxiliar Ivo Darcy Soligo, escolhidos por eleições na Comunidade Escolar.

A Habilitação de Magistério teve autorização de funcionamento prorrogada por mais dois anos, pela Resolução nº 2593/95, retroativa a 1994 e a Resolução nº 1935 de 03/05/96, prorrogou a autorização por mais um ano. O Parecer nº 136 de 07/08/96 aprovou a concessão do Reconhecimento da Habilitação Magistério e a Resolução nº 3337 de 29/08/96 reconheceu a Habilitação Magistério.

A Habilitação Técnico em Contabilidade teve autorizado o funcionamento da 4ª série para 1996 e 1997, pelas Resoluções nº 1087 de 14/03/96 e nº 4713 de 17/12/96 que também autorizaram a expedição ao final da 3ª série do Certificado de Auxiliar de Contabilidade e ao final da 4ª série, do Diploma de Técnico em Contabilidade. O Parecer 82/96 do DESG – Departamento de Ensino de 2º Grau, aprovou o Currículo Pleno da Habilitação Auxiliar de Contabilidade/Técnico em Contabilidade, quando as habilitações estiverem reconhecidas.

O Parecer nº 134/96 da Secretaria de Estado da Educação aprovou a concessão de reconhecimento do curso de 2º Grau Educação Geral –

Preparação Universal.

1998 a 2001

Em 1998, assumiu a direção do Colégio, a professora Ana Rosa Gregorio, por eleições, para um mandato até dezembro/2000, tendo como Diretores Auxiliares a professora Marilene Constantini de Araujo e o professor Osmário de Lima Portela. Em parceria com a APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, foi construída em fevereiro/1998, a casa do zelador, obra mista de alvenaria e madeira medindo 52,3 m². Entre agosto/98 e janeiro/99, resultando de Convênio da APMF com a SEED – Secretaria de Estado da Educação, através do PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, foram edificadas o Laboratório de Informática e a Biblioteca medindo 224,03 m², além de reformas e adequação do Colégio; em julho/99, foi regularizada a rede de esgotos do Colégio, com a instalação de uma elevatória e, em junho/2000, concluída a nova sala dos professores medindo 68,38 m².

Período de grandes mudanças. Com a Resolução nº 3120/98 de 31/08/98 da Secretaria de Estado da Educação, a nomenclatura dos estabelecimentos de ensino é alterada e o Colégio passa a denominar-se Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa – Ensino Fundamental e Médio; a Resolução n.º 4804 de 22/12/99 da Secretaria de Estado da Educação cessou definitiva e gradativamente os cursos Profissionalizantes em Nível Médio, sendo que no Colégio foram extintas as Habilitações Auxiliar de Contabilidade/Técnico em Contabilidade e Magistério. Em dezembro de 1999, formou-se a última turma de 4ª série de Técnico em Contabilidade, com 24 alunos e a última turma de 4ª série de Magistério também com 24 alunos. O curso de Educação Geral também foi reformulado, mudando de matriz curricular e nome, passando a chamar-se Ensino Médio, através do Parecer n.º 140 de 22/02/2000, do Departamento de Ensino de 2º Grau, que aprovou a Proposta Curricular do Ensino Médio, diurno e noturno, com implantação gradativa a partir de 1999. Em 2001, indicada pelo NRE continua na Direção Ana Rosa Gregorio.

2002 a 2005

Em 2002, assume a direção do Colégio a professora Rozane Secchi, através de eleição direta com toda a comunidade escolar, com mandato até dezembro de 2004, tendo como diretora Auxiliar a professora Sandra Sunti.

Através de convênio APMF/Fundepar em 2002 foram construídas 2 salas de aula, medindo 129,60 m². Além de melhorias para adequação do Colégio. Por meio do Projeto Vale saber foi adaptado uma sala ambiente de leitura, também recebeu doação de 1 computador Pentium, foi recebido da Fundepar cadeiras giratórias etc...

Em 2002 o Colégio tem uma área construída de 3.745,86 m² distribuídos em 18 salas e 1 sala para ambiente de leitura (em quatro blocos), sendo o total de 19 salas, 06 conjuntos de banheiros, 01 Laboratório de Biologia, Física e Química, 01 Laboratório de Informática com 24 computadores instalados, 01 Biblioteca com aproximadamente 5.000 volumes, Refeitório, Cozinha, Cantina, área de administração, área de serviços, sala de professores e área de lazer (com churrasqueira). Possui duas quadras: uma poliesportiva coberta e uma sem cobertura e cultiva 180 m² de horta.

Em 2002, oferece o curso de Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série para 1047 alunos distribuídos em 29 turmas, nos turnos manhã e tarde e o curso de Ensino Médio para 560 alunos distribuídos em 14 turmas, nos turnos manhã, tarde e noite. A Equipe Pedagógica do Colégio conta com 54 professores lecionando em sala de aula, 03 Supervisores de Ensino: Edna Gonçalves da Silva, Alexandra Luiza Tonial e Ledir Ferlin; 02 Orientadoras Educacionais: Vera Lúcia Baldo e Maria Aparecida de Oliveira; 01 Diretor e 01 Diretor Auxiliar (Sandra Fatima Sunti). O quadro de pessoal se completa com 11 auxiliares administrativos e 16 auxiliares de serviços gerais.

No ano de 2003 a escola, por meio de promoções via APMF, reformou o saguão, parte dos corredores e 15 salas de aula, também colocou em 09 salas de aulas ventiladores.

Em 2003 a escola contou com 54 professores, 16 auxiliares de serviços gerais, 11 assistentes administrativos, 03 supervisoras de ensino e 02 orientadores educacional.

Em outubro de 2003, acontece a eleição para diretores, concorre ao cargo e ganha as eleições a professora Rozane Secchi tendo como suas auxiliares as professoras Edna Gonçalves da Silva e Sandra Fátima Sunti Prieto. Em 2004 reabre neste estabelecimento o Curso de Formação de Docentes da

Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas modalidades Integrado com 117 alunos e Seqüencial com 40 alunos.

Nesta gestão 2004/2005 continuaram as reformas na estrutura da Escola colocando pastilhas nas paredes e ao final de 2005 foram concluídas as reformas de todas as salas de aula.

As reformas iniciaram pelas salas e depois se estendeu aos corredores e saguão. Ocorreu desta forma porque a maior preocupação era fazer com que os alunos, professores e funcionários se sentissem bem neste ambiente, dentro das salas foi reformado os quadros e colocado ventiladores e caixa de som.

Nesta gestão foram adquiridos vários vídeos, televisores, aparelho de som e DVD, além de outros materiais pedagógicos utilizados no dia-a-dia. Foi adquirido para o laboratório de ciências, reagentes, instrumentos e vidrarias no valor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), verba estadual enviada pelo Fundepar. No laboratório de Informática foi assinado um convênio para recebimento de 40 micro computadores. Foi instalado na escola sistema de alarme, devido aos roubos.

Em março de 2005, a escola recebeu via FUNDEPAR, uma ordem de Serviço no valor de R\$ 763.254,78 (setecentos e sessenta e três mil, duzentos e cinqüenta e quatro reais e setenta e oito centavos), para ampliação e reforma da escola. A obra iniciou em abril de 2005, com a construção de 07(sete) salas de aula, banheiros, bicicletário e sala para hora atividade dos professores, sala para multiuso, construção de um portão para acesso ao bloco novo "D". Depois da construção deu-se início as reformas dentro da escola, previstas para o término das aulas. Os ambientes que serão reformados com a verba acima citada é a quadra poliesportiva, inclusive os banheiros, mecanografia, banheiros, sala de orientação, sala de supervisão, cozinha, cantina, cobertura parcial entre os blocos A e B, cobertura ligando a escola ao laboratório de informática e a biblioteca, os banheiros do bloco C foram mudados de lugar e foi construído um saguão, foi ampliado todo o muro quanto à altura. Com essa construção a escola passa de uma área de 3.745.86 m² para 5.153,85 m². O valor citado foi repassado pela FUNDEPAR para a empresa, de acordo com o avanço da construção em contrato firmado entre a construtora e a FUNDEPAR.

2006 a 2008

Em Janeiro de 2006 assume a direção da escola a professora Alexandra Luiza Tonial, com formação em Pedagogia e especialização em Educação Especial e a vice-direção os professores Osmário de Lima Portella formado em Educação Física e Dovar Paulo Pinto formado em História; por eleição direta em outubro de 2005 com toda comunidade escolar.

A atual direção assumiu em janeiro de 2006, trabalhando em conjunto com a seguinte equipe de profissionais: 05 Pedagogas, sendo, Maria Aparecida de Oliveira, Vera Baldo Pietrobon, Dinora de Godoy, Tatiane Zanin e Adriana Basso; possui aproximadamente 70 professores, 09 funcionários Assistentes Administrativos, 16 funcionários dos Serviços Gerais e 01 secretária.

Nessa ocasião, as obras da escola que foram iniciadas em 2005, estavam paralisadas, havendo começado, apenas, a construção das 07 salas externas, não tendo iniciado a reforma completa. Havia 02 salas cedidas para a empreiteira que trabalhava na obra da escola, onde uma era depósito e a outra servia de dormitório para os operários, a escola não tinha como matricular todos os alunos. A atual Direção retomou em janeiro de 2006 de imediato as salas e reativou-as. Também reformou com auxílio da APMF e adaptou mais uma sala, utilizada anteriormente com instalação sanitária, para que pudessem ser abertas mais turmas e atendidos mais alunos, totalizando então 22 salas em cada período manhã e tarde e 9 turmas no período noturno num total de 53 turmas.

Visto que as obras estavam paralisadas buscou-se junto a SEED e a Fundepar a reavaliação e a agilização do processo da reforma, sendo que após a rescisão contratual com a empreiteira Alpha Sam a qual havia abandonado a obra em dezembro de 2005, houve então em setembro de 2006 nova licitação realizada no dia 21/09/06, o valor foi ampliado de R\$ 763,254,78 (setecentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos) para R\$ 1.011.000,00 (um milhão e onze mil reais), incluindo , por solicitação da Direção, a Casa do Caseiro e a Reforma da fachada da escola. Buscou, ainda, junto a SEED a reforma da rede lógica elétrica para implantação do novo laboratório de informática, sendo que o antigo vindo do PROEM em janeiro de 1999 não estava em funcionamento.

Quanto à parte pedagógica, entendida como fundamental dentro desta instituição, foram desenvolvidos no ano de 2006, vários projetos pedagógicos visando à melhoria na qualidade de ensino. São eles:

- Projeto Informativo: Este projeto prevê a elaboração de informativos para que a comunidade escolar e a comunidade em geral tenham conhecimento das ações desenvolvidas na escola. É uma forma de interagir com a família mantendo-a informada sobre o funcionamento da escola;
- Projeto “Agenda Escolar”: Consiste num instrumento para que os alunos aprendam a organizar e coordenar seus próprios estudos. Com orientações sobre o Regimento Escolar; Hábitos de Estudo, com dicas sobre como melhorar o rendimento no aprendizado; além de espaço para anotação de provas, trabalhos e, com o intuito de aproximar a família da escola, a Agenda Escolar, conta ainda com espaço para avisos ou comunicados entre pais e professores;
- Projeto Festa da Primavera e Feira de Conhecimento: Esse era um Projeto que já acontecia na escola, e foi extinto desde 1996. Foi retomado pela atual direção, sendo realizado nos dias 21, 22, 23 de setembro de 2006, com exposição de 13 Projetos Interdisciplinares, Oficinas, Apresentações de Música, Danças, Poesias e Teatro.
- Projeto Teatro na Escola: grupo teatral, formado por um grupo de alunos e Equipe Pedagógica, os quais encontram-se para ensaios e organização de apresentações de peças educativas, em 2006, com a peça “O auto da Barca do Fisco”, que trabalha e conscientiza sobre Educação Fiscal.
- Projeto de Saúde Bucal: atividade desenvolvida em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.
- Palestras sobre Evasão e Repetência desenvolvidas durante o ano letivo a fim de refletir sobre estes índices com a visualização de gráficos e tabelas demonstrando os resultados do Colégio nos últimos anos, a fim de buscar soluções para estes problemas.
- Apoio ao desenvolvimento do grupo de estudos de Rememoração da 1ª Associação Internacional do Trabalho, promovido pela Unioeste de Foz do Iguaçu.
- Incentivo à participação dos alunos do Curso de Formação de Docentes e dos professores do colégio na Conferência de

Educação, promovida pela APP- Sindicato e Unioeste Cascavel.

- Desenvolvimento dos grupos de estudo aos sábados por disciplina e modalidades de ensino ofertados pela SEED.
- Formação para os alunos das 8ª séries e do Ensino Médio sobre a importância do Grêmio Estudantil dentro da escola, contemplando os conceitos de cidadania, democracia, participação e movimento estudantil.
- Implantação do projeto complementar Centro de Língua Estrangeira Moderna – CELEM, com o idioma de Espanhol, a partir do mês de Junho de 2006, com a abertura de 02 turmas sendo uma no turno da manhã e outra no turno da tarde.
- Abertura de duas Salas de Recursos para o atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência mental, sendo uma no turno da manhã e outra no turno da tarde, com a Autorização de Funcionamento Resolução nº 1146 de 04/04/2006.
- Apoio e suporte técnico-pedagógico a projetos desenvolvidos pelos professores do estabelecimento, tais como: visitas à Usina Salto Segredo e Usina de Itaipu.
- Implantação do Ensino Fundamental noturno com a abertura da 8ª série, tendo em vista atender aos alunos com defasagem idade-série e que também já trabalham para auxiliar no rendimento familiar.
- Conselho de Classe Participativo: propôs-se, também neste ano de 2006, a realização do Conselho de Classe participativo, onde pais e alunos foram convidados para participar desse momento de avaliação do processo educativo, visando aproximar tais sujeitos do processo de avaliação constante do processo de ensino e aprendizagem;
- Reuniões Pedagógicas periódicas: momentos de reflexão sobre o trabalho pedagógico, onde, neste ano de 2006, foram concluídas as Propostas Pedagógicas Curriculares do Colégio com base nas Diretrizes Curriculares Estaduais, além de discussões sobre assuntos de cunho pedagógico específico do colégio;
- Projeto de Formação Continuada gratuito junto a UNIOESTE –

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com duração de 160 horas, realizados aos sábados durante todo o ano letivo, onde foram estudadas as principais teorias pedagógicas tendo como objetivo primeiro, o posicionamento dos profissionais deste estabelecimento de ensino frente a uma fundamentação teórica única e consistente.

- Recebimento dos livros didáticos públicos do Ensino Médio, sendo a primeira remessa em 06/10/06, totalizando 698 livros, de Filosofia, Geografia, Sociologia, História, Artes e Matemática. E a segunda remessa de livros em 27/10/06, totalizando 698 livros de: Educação Física, Língua Portuguesa, Física, Química Biologia e Língua Estrangeira Moderna. Recebeu-se também, 211 livros para a Biblioteca do Professor.
- Juntamente com a APMF, realização algumas promoções para aquisição de equipamentos para uso administrativo e didático, como: projetor multimídia, impressora HP Laser, impressora multifuncional, instalação do PABX, Máquina Digital, persianas em um dos blocos de salas de aula, 1 notebook.

O ano de 2007 inicia-se para os alunos, professores, funcionários e comunidade escolar com atraso de onze dias letivos devido a problemas ocasionados por um temporal que acometeu nosso município no dia 25 de dezembro de 2006, o qual comprometeu toda a cobertura da escola. Estes onze dias foram repostos durante o ano conforme calendário escolar. Considerando que as reformas foram interrompidas por problemas de excesso de chuvas, a escola não possuía a quantidade de salas necessárias para atender a demanda de alunos, logo, a direção entrou em contato com a Secretaria Municipal de Educação, com o frei responsável pela Paróquia Nossa Senhora de Fátima, com a diretora do CEEBJA e com o responsável pelo Sindicato Rural Patronal para que cedessem algumas salas para uso dos alunos até que a reforma se completasse. A este pedido a escola foi prontamente atendida e passamos a oferecer atendimento ao Ensino Médio nas dependências do CEEBJA, Secretaria Municipal de Educação e ainda nas Salas de Catequese. No prazo de vinte dias foram adaptadas duas salas de aula no espaço destinado a refeitório, tempo este também onde se completou a

reforma das salas do bloco C, destruído após o temporal de dezembro, podendo retornar com todas as turmas que estavam sendo atendidas nos espaços acima mencionados.

No ano de 2007 a escola recebeu da SEED 50 computadores e 06 impressoras laser para a instalação do novo laboratório de informática do Programa Paraná Digital, sendo que no mês de março do corrente ano também foi realizada a reforma da rede lógica elétrica nas instalações do futuro laboratório e também nas dependências da Secretaria e Sala dos Professores.

Em relação aos projetos desenvolvidos no ano de 2006 e que estão tendo continuidade no ano de 2007 e 2008, podemos citar o Projeto da Agenda Escolar que após avaliação junto aos pais e professores do colégio constatou-se ser este um importante instrumento de apoio pedagógico, pois, serve de veículo para informações referentes ao andamento das atividades e programas da escola, além de servir de espaço de comunicação entre pais, professores, alunos e demais pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

Deu-se continuidade também ao grupo de estudo em conjunto com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, onde os estudos e reflexões iniciados em 2006 deram base teórica para se discutir e pensar a realidade específica do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, neste ano cada grupo de professores pesquisou um determinado tema, entre os quais, a renovação da pesquisa sobre a caracterização da comunidade escolar, aspectos da formação dos educadores que lecionam nesta escola, análise da questão da indisciplina escolar que tem afetado o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem, estudo aprofundado sobre as dificuldades de aprendizagem e áreas de deficiência com o intuito de informar sobre as especificidades dos alunos que por ventura possam apresentar tais condições, tendo em vista que o processo de inclusão está posto para todas as escolas do país.

2009 e 2010

O ano de 2009 tem início com nova equipe de direção, formada pelas professoras Ana Rosa Gregório, Ivanir Pietrobon dos Santos e Edna Gonçalves, sendo que devido ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, as professoras Ivanir e Edna se licenciaram, ficando em seus lugares as Professoras Mari Luci Santin Pietrobon e Elizabete Castagna.

Em 2010, após o retorno dos professores licenciados para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, a equipe de direção altera-se ficando constituída pela professora Ana Rosa e tendo como diretoras auxiliares as professoras Elizabete Castagna e Ivanir Pietrobon dos Santos.

1.4 – Caracterização da Comunidade Escolar

Os inúmeros problemas educacionais e o verdadeiro papel da educação formal são motivos de ampla reflexão e discussão no meio educativo e também nos demais setores da sociedade. Faz-se necessário empreender um esforço coletivo para vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública que seja instrumento real de transformação social. Para tanto, faz-se necessário a construção de um projeto político-pedagógico que vise contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que levem a instituição escolar a corresponder às necessidades e aos anseios de todos os que nela convivem e participam, de modo a contemplar os preceitos de uma sociedade democrática.

Segundo os professores, um dos fatores que prejudicam o andamento do processo de ensino e aprendizagem, e conseqüentemente a qualidade do ensino é a superlotação das salas de aula, que impossibilita o professor de tomar conhecimento sobre a realidade de cada aluno, suas individualidades, seu tempo de aprendizagem, etc., acarretando então, dificuldades em avaliar os alunos de forma diferenciada. Porém, mesmo com esta situação, os professores buscam atender, da melhor forma possível, as necessidades específicas dos alunos. Ainda segundo os professores, a ausência de políticas públicas que auxiliem de fato na promoção dos alunos e de seus familiares, tem remetido o interesse na escola, em muitos casos, às políticas de compensação, como a bolsa-escola, vale-gás, leite das crianças, entre outros, diminuindo o interesse à aquisição/construção do conhecimento científico. Para fins de atualização da caracterização da comunidade escolar esta sendo organizada uma nova pesquisa, a qual está em construção, com previsão de conclusão no início do ano letivo de 2011.

1.5 – Recursos Humanos

1.5.1 – Perfil da Equipe de direção

As escolas de Ensino Fundamental e Médio são gerenciadas por dirigentes com curso superior completo fora da área de Administração Escolar e com um número cada vez maior de pós-graduados que já participaram de capacitação ou treinamento em gestão escolar. “Existe uma tendência de melhora no aproveitamento dos alunos quanto melhor for a formação do gestor e do processo de escolha por colegiado ou concurso público”. (SAEB/95p)

Um diretor capaz de exercer liderança educacional pode determinar a diferença entre uma escola estagnada e uma escola em movimento. Administrar é uma dimensão essencial da liderança, pois envolve gerenciar recursos financeiros, desenhar, implementar, acompanhar e avaliar planos, organizar, prover, facilitar e criar condições favoráveis ao aproveitamento dos alunos. Mas, a administração de uma escola vai, além disso, o diretor que atua como líder educacional, influencia diretamente o comportamento profissional dos educadores. Focaliza em primeiro plano as pessoas. Está em contato direto com as pessoas para que sintam que a Escola lhes pertence. Deve ser fonte de inspiração, incentivo e apoio técnico. Tem que saber estimular a criatividade, mas ao mesmo tempo estabelecer padrões, confrontar, corrigir e capacitar, valorizando o desempenho dos professores, pois o reconhecimento os motiva a fazer cada vez melhor o seu papel. O diretor-líder é capaz de extrair o máximo de sua equipe de profissionais, construindo um sonho em conjunto, incentivando o grupo a descobrir o que é possível fazer para dar um passo adiante; auxilia os profissionais a melhor compreender a realidade educacional em que atuam, a tomar decisões sobre prioridades baseando-se nesta compreensão, e a empreender, em conjunto, ações para colocá-las em prática. O diretor organiza a jornada escolar, abrindo espaço para reuniões dos docentes; estimula o debate em grupo de problemas pedagógicos, a fim de que os professores reflitam sobre sua prática e experimentem novas possibilidades, pois falando e discutindo sobre as dificuldades e os erros é que se aprende e se constrói novos conhecimentos a partir deles. O diretor também precisa ser um grande comunicador, capaz de mobilizar e articular os mais diferentes setores em torno das funções da escola. Convence e orienta os pais

tanto na forma de trabalhar com os filhos como a ser voluntário na Escola; busca, mapeia e agrega organizações sociais e culturais da comunidade para desenvolverem ações complementares junto aos alunos; enfim, é aquele que tem a função de trazer à tona o potencial de cada pessoa ou instituição e criar aquela magia na Escola, onde ninguém para de aprender.

Deve mobilizar os recursos humanos para os objetivos certos, na hora certa, de modo certo. Isso implica em levar as pessoas a compreenderem os objetivos que foram fixados no planejamento, em resolver problemas de coordenação entre as atividades, em treinar as pessoas para um melhor desempenho, em infundir entusiasmo e energia nos colaboradores. Resume-se a ação do diretor, a três palavras: Liderança, Comunicação e Motivação. Liderar quer dizer envolver as pessoas nos objetivos maiores, obter seu empenho e cooperação espontânea para a realização desses. Para isso, é necessário que o grupo de pessoas receba as informações adequadas, saibam o porquê de cada atividade, sejam ouvidas em suas dificuldades, partilhem na definição dos objetivos, ou ainda que sejam consultados sobre eles. Motivação, por outro lado, quer dizer, levar as pessoas a empenhar energia e entusiasmo para realizar as tarefas com a maior eficiência; para isso é necessário se promover na Escola, um clima de trabalho no qual se sintam gratificadas e valorizadas e é necessário também que percebam a importância da tarefa e de sua atuação para realizá-la.

Além destas características os gestores de uma escola não podem perder de vista que uma instituição de ensino pública deve sempre considerar como fundamento de toda a sua prática pedagógica, a possibilidade de mudança nas estruturas que norteiam a sociedade, ou seja, deve-se primar por uma educação capaz de formar alunos aptos a, partindo do conhecimento científico, transformar as condições sociais da população, ou seja, faz-se necessário uma educação emancipadora.

1.5.1.2 – Descrição da Equipe de Direção

Nome: Ana Rosa Gregorio
Curso: Matemática

Função: Diretora

Nome: Ivanir Pietrobon dos Santo
Curso: Matemática

Função: Diretora Auxiliar

Nome: Elizabete Castagna
Curso: Matemática

Função: Diretora Auxiliar

1.5.2 – Equipe Pedagógica

1.5.2.1 – Perfil da Equipe Pedagógica

A legislação em vigor no estado do Paraná para o exercício da função do Pedagogo nas escolas públicas está atrelada aos concursos públicos. A realidade vivenciada nas escolas paranaenses requer Pedagogos com formação integrada que contemple aspectos de orientação escolar, supervisão de ensino e administração escolar, isto para que haja uma superação da fragmentação histórica sofrida por esta profissão ao longo dos anos. Com esta reformulação, o profissional que se quer é o Pedagogo, educador com conhecimentos teóricos, técnicos e políticos, que possam atuar como responsáveis pelo planejamento, organização e articulação do trabalho pedagógico escolar, mediando a articulação entre os aspectos pedagógicos e os aspectos sociais mais amplos. Tal profissional deve conhecer os conceitos básicos das ciências humanas que irão subsidiar seu trabalho em busca de uma compreensão ampla do fenômeno educativo. A História, a Sociologia, a Psicologia, a Biologia e a Filosofia devem instrumentalizar o Pedagogo, tomando como referência à prática educativa que se encontra no âmbito das relações histórico-sociais.

A atuação do Pedagogo na escola pode ser entendida como a articulação entre o trabalho docente, também entendido como ensino; o processo de aprendizagem do educando; os processos de avaliação e sua relação com o ensino e a aprendizagem; os conteúdos curriculares e sua organização; a gestão da escola e a relação desta com a comunidade.

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação, no estabelecimento de ensino, das diretrizes pedagógicas emanadas da SEED. Além desta característica o Pedagogo deve, na realização de seu trabalho, coordenar e orientar os profissionais da escola, no sentido de que os mesmos produzam os melhores resultados possíveis no atendimento às

necessidades dos educandos e, conseqüentemente em seu desenvolvimento.

Considerando tais atribuições e percebendo a necessidade de efetivação de um projeto onde a questão da disciplina na escola seja um compromisso de todos os profissionais que nela atuam, e ainda, visando construir um projeto comum de escola e de sociedade onde se resgate o valor do bem comum, da verdade, da solidariedade, do compromisso, do trabalho como emancipador, visando uma nova ética social, faz-se necessário repensar e enfrentar os problemas disciplinares na escola coletivamente, buscando a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

1.5.2.2 – Objetivos da Equipe Pedagógica

A Equipe Pedagógica visa coordenar o processo de ensino e aprendizagem. Para tanto deve conhecer e refletir sobre o currículo, os planos de trabalho docente, os critérios e instrumentos de avaliação e de recuperação, pesquisar e propor métodos de ensino adequados à necessidade de cada classe. Dentro desta perspectiva de trabalho compete à equipe pedagógica cumprir com as seguintes ações:

- Elaborar com o corpo docente a Proposta Pedagógica Curricular do Estabelecimento, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais;
- Assessorar e avaliar a implementação de projetos pedagógicos nas diferentes disciplinas;
- Acompanhar o processo de Ensino, atuando junto aos professores, no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua melhoria;
- Subsidiar o diretor com dados e informações relativas aos serviços de ensino prestados e ao rendimento do trabalho escolar;
- Organizar e realizar a cada bimestre o Conselho de Classe, analisando os resultados e planejando os procedimentos para obter resultados satisfatórios, quando necessário;
- Orientar os professores na elaboração do plano de ação docente, preenchimento de livros de registro de classe e outras solicitações;
- Orientar e acompanhar a elaboração dos planos de recuperação dos alunos que não obtiveram resultados satisfatórios;

- Acompanhar e ajudar na escolha dos livros didáticos adotados pelo estabelecimento;
- Coordenar e subsidiar a direção nas reuniões pedagógicas previstas em calendário ou quando se fizer necessário;
- Articular e promover atividades com objetivo de manter ou melhorar o bom relacionamento da comunidade escolar;
- Participar de cursos, seminários, grupos de estudo para aperfeiçoamento profissional;
- Auxiliar as famílias no acompanhamento dos alunos quanto à aprendizagem, procurando observar as suas características e experiências;
- Orientar o educando em seus estudos, a fim de que os mesmos sejam mais proveitosos;
- Ensinar a estudar evitando o desperdício de tempo e de esforço nas obrigações escolares, fortalecendo os hábitos de estudo;
- Incentivar práticas de higiene física e mental, procurando conscientizar o educando em relação à importância e ao valor da saúde;
- Trabalhar para uma adequada formação do educando proporcionando vivências que o sensibilize para os valores éticos necessários para uma vida digna, humana e coerente em que o respeito ao próximo devem ser motivo principal;
- Favorecer a educação social e cívica do educando sensibilizando-o para a cooperação;
- Possibilitar aos professores melhor conhecimento dos educandos, oferecendo maiores possibilidades de entrosamento positivo entre ambos, a fim de obter maior rendimento escolar.
- Acompanhar os alunos estagiários através de relatórios periódicos das atividades desenvolvidas nas unidades cedentes de estágio não-obrigatório;
- Comunicar a parte concedente de estágio, no início do período letivo as datas de realização de avaliações escolares;
- Observar o cumprimento do disposto na Lei 11,788 de 25 setembro de 2008.

1.5.2.3 – Descrição da Equipe Pedagógica

Nome: Dinora de Godoy Graduação: Pedagogia	Função: Pedagoga
Nome: Iletes Carneiro Graduação: Pedagogia	Função: Pedagoga
Nome: Gléa Garbacheski Rossoni Graduação: Pedagogia	Função: Coordenação de Estágio
Nome: Maria Aparecida de Oliveira Graduação: Pedagogia	Função: Coordenação de Curso
Nome: Vera Lucia Bocalon Graduação: Pedagogia	Função: Pedagoga
Nome: Vera Lucia Pietrobon Baldo Graduação: Pedagogia	Função: Pedagoga
Nome: Gláucia Fátima Racoski Custódio Graduação: Pedagogia	Função: Pedagoga

1.5.3 – Equipe de Professores

1.5.3.1 – Perfil dos Professores

O profissional que assume a função de professor deve considerar que todas as suas atitudes passarão a ser vistas como as atitudes do professor, logo carregará consigo uma tarefa constante de educar, muitas vezes pelo próprio exemplo. Deve ser um profissional aberto a mudanças, acessível a todos que dele precisarem dentro da escola e, principalmente, que acredite na Educação, realizando o seu trabalho de forma consciente e responsável, sendo consciente da necessidade de buscar constantemente novos caminhos e alternativas para melhorar seu desempenho na prática docente, buscando a forma de atingir os objetivos propostos em seu plano de ação docente e, se necessário, retomar o desenvolvimento das ações com bom senso e criatividade.

Por anos, o professor e suas funções docentes receberam qualificações relacionadas à abnegação, sacrifício, bondade, paciência e sabedoria.

Atualmente, o discurso educacional é pela profissionalização, autonomia e valorização, entretanto ainda existem várias dificuldades a serem enfrentadas pelos professores, sejam no campo da defasagem de condições materiais que tem precarizado as suas condições de trabalho, sejam no campo da formação inicial e continuada que muitas vezes falha em questões referentes ao fazer pedagógico.

Para delinear o perfil dos educadores do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, está sendo organizada uma pesquisa para a definição de alguns pontos a respeito destes profissionais, como por exemplo, idade média, histórico de formação acadêmica, formação continuada, utilização de recursos didáticos, entre outros pontos. Após a conclusão da pesquisa os dados encontrados serão repassados para este documento.

1.5.3.2 – Equipe de Professores

Nome: Alecssandro Fereda	Função:
Professor	
Curso: Português/Inglês	
Nome: Catia Santin	Função: Professora
Curso: Ciências – Habilitação Matemática	
Nome: Carla Sauressig	Função:
Professora	
Curso: Letras	
Nome: Deuza Bortoluzzi Vanderlinde	Função:
Professora	
Curso: Geografia	
Nome: Diva Maria da Luz Dias	Função:
Professora	
Curso: Geografia	
Nome: Edna Gonçalves da Silva	Função:
Professora	
Curso: Ciências – Habilitação em Matemática	

Nome: Eliane Hreciuk		Função:
	Professora	
Curso: Licenciatura Plena Português e Inglês		
Nome: Eliane Silva Rosset		Função:
	Professora	
Curso: Ciências com Habilitação em Matemática		
Nome: Elizabete Castagna		Função:
	Professora	
Curso: Ciências		
Nome: Ericsson Ricardo Hreciuk		Função:
	Professor	
Curso: Ciências Biológicas		
Nome: Eva Rosane Zulpo		Função:
	Professora	
Curso: Matemática		
Nome: Francielli Rosa Dariva		Função:
	Professora	
Curso: Ciências Biológicas		
Nome: Fabiana Natalina Oliva		Função:
	Professora	
Curso: Pedagogia		
Nome: Fernanda Albertoni		Função:
	Professora	
Curso: Matemática		
Nome: Fernanda de C. T. Pilatti		Função:
	Professora	
Curso: Letras		
Nome: Gléa Garbacheski Rossoni		Função:
	Professora	
Curso: Ciências e Pedagogia		
Nome: Gustavo Melatti		Função:
	Professor	
Curso: Ciências Contábeis		

Nome: Ilza Ribeiro Gonçalves		Função:
	Professora	
Curso: Letras – Português/Inglês e Literatura		
Nome: Ione Dri		Função:
	Professora	
Curso: Estudos Sociais		
Nome: Ivanir Pietrobon dos Santos		Função:
	Professora	
Curso: Ciências-Habilitação em Matemática		
Nome: Ledir Ferlin		Função:
	Professora	
Curso: Pedagogia e Letras–Português		
Nome: Lindadir Ogibowiski		Função:
	Professora	
Curso: Letras		
Nome: Mari Luci Santin Pietrobon		Função:
	Professora	
Curso: Ciências – Habilitação Matemática		
Nome: Maria Aparecida de Oliveira		Função:
	Professora	
Curso: Pedagogia		
Nome: Marilene de Araújo		Função: Professora
Curso: Ciências – Habilitação em Biologia		
Nome: Marli Regina Bolson		Função:
	Professora	
Curso: Ciências		
Nome: Marta da Silva Soligo		Função:
	Professora	
Curso: História		
Nome: Neiva Fátima Camana		Função:
	Professora	
Curso: Estudos Sociais – Habilitação em História		

Nome: Neusa Lorençatto		Função:
	Professora	
Curso: Geografia		
Nome: Neusa Maria Lazaroto		Função:
	Professora	
Curso: Letras – Português/Inglês		
Nome: Rozane Secchi		Função:
	Professora	
Curso: Biologia		
Nome: Roseli Estegue Gregolon		Função:
	Professora	
Curso: Pedagogia		
Nome: Rosangela Maria Giason		Função:
	Professora	
Curso: Letras		
Nome: Sandra Sunti		Função:
	Professora	
Curso: Letras		
Nome: Silvana Luiza Cadore		Função:
	Professora	
Curso: Educação Artística – Hab. Desenho		
Nome: Silvana Kampff		Função:
	Professora	
Curso: Ciências – Licenciatura Plena em Matemática		
Nome: Valéria Fontanella Bertuol		Função:
	Professora	
Curso: Educação Física		
Nome: Valmir Cordeiro dos Santos		Função:
	Professor	
Curso: Educação Física		
Nome: Vanessa Sândi		Função:

Professora

Curso: História

Nome: Verônica Pelizzoni Daron

Função:

Professora

Curso: História

Nome: Waldery Junior Pereira

Função:

Professor

Curso: Educação Física

1.5.4 – Perfil dos Agentes Educacionais II

O profissional que se necessita nos setores administrativos de toda Escola, é aquele com formação escolar voltada para a administração, com curso de formação técnica em documentação escolar, com habilidades em informática e na organização de informações, seja manuseando livros de uma biblioteca ou trabalhando no setor de pessoal; que atenda ao público das Escolas com desprendimento, desenvoltura, respeito e acima de tudo, ética profissional.

1.5.4.1 – Equipe de Agentes Educacionais II

Nome: MARCELO DARIVA
Escolaridade: 3º GRAU

Função: SECRETÁRIO

Nome: DENICE DE F. TONET DEINA
Escolaridade: 3º GRAU

Função: AG. EDUCACIONAL II

Nome: DEOCAR R. LEANDRO DA SILVA
Escolaridade: 3º GRAU

Função: AG. EDUCACIONAL II

Nome: DILCENEIA ROSA
Escolaridade: 3º GRAU

Função: AG. EDUCACIONAL II

Nome: ISABEL MARIA BALLOTTIN
Escolaridade: 3º GRAU

Função: AG. EDUCACIONAL II

Nome: IVO DARCY SOLIGO Escolaridade: 3º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II
Nome: MARIA ELENIR BLAUN Escolaridade: 3º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II
Nome: MARILZE DEINA Escolaridade: 3º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II
Nome: NEUSA M. LAZZAROTTO Escolaridade: 3º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II
Nome: STELLAMARIS S. GIACOMEL Escolaridade: 3º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II
Nome: SANDRA AP. CEOLIN ZIMERMAN Escolaridade: 3º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II
Nome: SUELY BLAHUN Escolaridade: 3º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II
Nome: TIAGO ANTONIO TOMKIEL Escolaridade: 2º GRAU	Função: AG. EDUCACIONAL II

1.5.5 – Equipe de Agentes Educacionais I

Para atender aos serviços gerais das Escolas, o profissional deveria ser motivado e qualificado separadamente de acordo com a função que exerce. O funcionário responsável pela cozinha, precisa de capacitação tanto para melhorar a merenda escolar de forma qualitativa quanto quantitativamente, precisa ter noções de higiene e segurança. O responsável pela limpeza, necessita de treinamento e aperfeiçoamento constante para aprender a distribuir melhor o tempo, aproveitar os produtos de limpeza disponíveis, cuidados e assepsia correta na limpeza dos banheiros e demais dependências, como manusear equipamentos e ter noções de saúde preventiva. O responsável pela manutenção, preservação e pequenos reparos, necessita de cursos técnicos de como trabalhar com concreto, com fiação elétrica, encanamento, marcenaria e como cultivar a horta escolar.

1.5.5.1 – Descrição de Agentes Educacionais I

Nome: ANA MARIA DO N. PINHEIRO Função: AGENTE EDUCACIONAL I.
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: ARENTINA R. COELHO Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 1º GRAU COMPLETO

Nome: CECILIA J. DA CUNHA Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 3º GRAU

Nome: CLEUZA DA LUZ JOKOSKI Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 1º GRAU

Nome: FATIMA FERNANDES Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: ELIZENA FEDATTO MUNER Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: EVA BRANDAO COELHO Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: JOAO BATISTA DINIZ Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: LUIZA R. DA SILVA LIMA Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 1º GRAU INCOMPLETO

Nome: MARIA AP. C. CORDEIRO Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: MARITANIA PASA VICENZI Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: NILVA DOS SANTOS Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 2º GRAU

Nome: ODILAIR DE F. Z. GUILHERME Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 1º GRAU

Nome: OTILIA ANEVAN Função: AGENTE EDUCACIONAL I
Escolaridade: 1º GRAU

Nome: SADI FRANCISCO CACERES
Escolaridade: 2º GRAU

Função: AGENTE EDUCACIONAL I

Nome: SALETE M. C. ZORZETTO
Escolaridade: 1º GRAU

Função: AGENTE EDUCACIONAL I

Nome: SUERLI T. DE SOUZA
Escolaridade: 2º GRAU

Função: AGENTE EDUCACIONAL I

1.6 – Recursos Materiais e Físicos

1.6.1 – Descrição da Estrutura Física

O Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa – Ensino Fundamental e Médio ocupa os lotes 01 a 18 (um a dezoito), da Quadra nº 51 (cinquenta e um), do Perímetro Urbano de Guaraniaçu, com área total de 8.836 m², tendo uma área construída de 3.745,86 m² distribuídos em 07 Blocos, formados por 22 salas de aula (destas 04 são adaptadas), 09 banheiros, 01 Laboratório de Ciências Naturais, 01 Laboratório de Informática, 01 Biblioteca, Sala de Professores, 01 salas para a Equipe Pedagógica, Refeitório, Cozinha, Depósito para Armazenar Alimentos, Cantina, Mecanografia, 01 Quadra Poliesportiva coberta, área de administração, área de serviços e área de lazer com churrasqueira. Atualmente a escola passa por uma grande reforma de ampliação, onde diversos espaços estão sendo adaptados e reconstruídos.

1.6.2 - Inventário de Bens Móveis

Todos os bens móveis, equipamentos elétricos e eletrônicos do Estabelecimento de Ensino estão patrimoniados em três categorias distintas, de acordo com a origem do recurso financeiro para a sua aquisição: os pertencentes a FUNDEPAR, SEED e APMF. São relacionados em relatório próprio de acordo com o número de patrimônio que recebem para a identificação. É efetuada uma conferência anual do Patrimônio, para verificar se procedem as inclusões, exclusões ou mudanças de estado do bem. Sempre que existe a necessidade de solicitar a baixa de um bem do Patrimônio, deve ser constituída

uma Comissão de Análise, composta pelo Presidente da APMF, Diretor e Secretário do Estabelecimento, Representante do Conselho Escolar, Representante do Núcleo Regional de Educação e outros Representantes da Comunidade Escolar.

02 - MARCO CONCEITUAL

2.1 - Justificativa

O desafio de um projeto de educação consiste no resgate da solidariedade, do companheirismo, da amizade, da democracia e da justiça

social perpassados pelos conhecimentos científicos aprendidos e desenvolvidos na instituição escolar, para isso o CEDAFFC se propõe a cumprir os seguintes objetivos:

- Ter compromisso científico e político-social com os alunos do Colégio, que tem nessa instituição uma das únicas possibilidades de acesso, apropriação e construção de conhecimentos.
- Dar ênfase ao processo colegiado de decisões a fim de cumprir com a função social e política da educação escolar, fortalecendo as instâncias colegiadas, conselho escolar, conselho de classe, representantes de turmas (alunos e professores), grêmio estudantil e APMF como espaços de tomada de decisão coletiva.
- Debater coletivamente em torno de questões sobre classe social, gênero, etnia e diversidade cultural possibilitando o combate à discriminação e a exclusão, defendendo a coexistência da diversidade.
- Assumir coletivamente o compromisso de todos os segmentos da escola com a aprendizagem do educando, especialmente entre professores, pais e alunos.
- Elaborar proposta coletiva em busca da disciplina na escola, onde, pais, alunos, professores, equipe pedagógica e direção assumam sua função neste processo.
- Valorizar os profissionais da educação através da formação continuada em parceria com as Instituições de Ensino Superior, buscando análise crítica das práticas pedagógicas, ressignificando-as, na busca da superação da evasão e da repetência escolar.
- Propor participação efetiva de todos os envolvidos na prática educativa, discutindo as diretrizes gerais das políticas educacionais e propondo formas de intervenção na realidade.
- Construir coletivamente a concepção de currículo, de gestão democrática e de formação continuada dos educadores.
- Criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade.
- Permitir ao aluno empreender sua cidadania a partir da compreensão da realidade, para que possa contribuir em sua transformação.
- Buscar novas soluções, criar situações que exijam o máximo de exploração

por parte dos alunos e estimar novas estratégias de compreensão da realidade, melhorar a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na Escola, evitando a evasão.

- Criar mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos na melhoria da qualidade de ensino e com o aprimoramento do processo pedagógico, promovendo a integração escola-comunidade.
- Atuar no sentido do desenvolvimento humano e social tendo em vista sua função maior de agente de desenvolvimento cultural e social na comunidade, como parte de seu trabalho educativo.

2.2 – Objetivos Gerais do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental têm como principal objetivo o desenvolvimento integral do educando. Para tal fim pretende-se assegurar, por meio de políticas públicas e compromisso profissional, ações que garantam o compromisso com a escola pública, gratuita e de qualidade.

Faz parte dessa etapa a construção de valores e atitudes que norteiem as relações interpessoais e o contato do aluno com o objeto de conhecimento. É imprescindível, nesse processo que valoriza o aprender contínuo e a troca constante entre aluno-aluno e aluno-professor, uma postura de trabalho que considere a cooperação, o respeito mútuo e a persistência para superar desafios.

Assim, o Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa se propõe a ser uma escola de formação integral, lançando para o Ensino Fundamental os seguintes objetivos:

- Oferecer condições para que o aluno seja capaz de compreender os mecanismos de aprendizagem e de elaborar conhecimentos;
- Contribuir para que o aluno se torne um sujeito autônomo e crítico, capaz de apresentar reflexões fundamentadas;
- Integrar o educando à sua realidade histórico social, evitando a formação de atitudes individualistas;
- Orientar o aluno à participação, às trocas, à colaboração, à criação, à crítica, fazendo com que se torne sujeito ativo de sua aprendizagem na aquisição do conhecimento;

- Fornecer ao aluno os recursos instrumentais da cultura, da ciência e da tecnologia, capacitando-o para a sua compreensão do mundo e do seu momento histórico, bem como o preparando para atuar de forma consciente e consequente nessa sociedade;
- Contribuir para formar e informar o educando, criando condições para que ele se mostre criativo, como iniciativa, participativo, analítico e que estabeleça relações entre os diferentes conteúdos e disciplinas;
- Aperfeiçoar a postura de estudante que o aluno vem desenvolvendo desde seu ingresso na escola, o que implica a autonomia e o compromisso de realizar tarefas escolares, organizar-se e se responsabilizar por seus materiais, cumprir com os prazos combinados e definidos, planejar suas ações com antecedência, interagir com os colegas e professores de acordo com as normas regimentais do estabelecimento.
- Desenvolver atividades que envolvam a participação social e política do aluno para que seja desenvolvido o pensamento crítico e reflexivo e que ele seja capaz de questionar a realidade e resolver problemas com utilização do raciocínio lógico e criatividade.
- Capacitar o educando, através de suas atividades, a adquirir e desenvolver os conhecimentos atualizados que lhe permitam interagir com o mundo que o cerca.

2.3 – Objetivos Gerais do Ensino Médio

No mundo contemporâneo, o papel do Ensino Médio na vida dos alunos torna-se cada vez mais decisivo. Nesta etapa da vida escolar, os adolescentes consolidam valores e atitudes além de se prepararem para desafios como o vestibular e a elaboração de seus projetos para o futuro profissional e pessoal, encerrando um ciclo de transformações no qual se instrumentam para assumir as responsabilidades da vida adulta.

A escola, preocupada com essa importante fase do desenvolvimento, procura valorizar o crescimento do aluno com uma formação geral abrindo perspectivas de opções claras e conscientes, quer no campo do conhecimento como dos valores humanos. Sua auto-afirmação, equilíbrio, segurança pessoal

nas decisões a serem tomadas lhe garantirá o ingresso e acompanhamento no Ensino Superior.

Portanto a escola deve:

- Desenvolver atividades que envolvam a participação social e política do aluno para que seja desenvolvido o pensamento crítico e reflexivo e que ele seja capaz de questionar a realidade e resolver problemas com utilização do raciocínio lógico, criatividade, intuição. Capacitar o educando, através de suas atividades, a adquirir e desenvolver os conhecimentos atualizados que lhe permitam interagir no mundo que o cerca.
- Desafiar intelectualmente o aluno;
- Ampliar a potencialidade linguística e comunicativa dos mesmos;
- Orientar e aprimorar a postura quanto ao “ser estudante”, bem como ampliar o compromisso com a escola;
- Auxiliar no processo de definição profissional dos alunos, através dos projetos desenvolvidos pela Equipe Pedagógica e professores, buscando auxílio dos profissionais de cada área;
- Associar o mundo do trabalho contextualizando-o com as disciplinas para dar significado a todos os conteúdos que propiciam a compreensão do sentido social, econômico e individual do trabalho, das características dos diferentes tipos de trabalho, bem como da produção de bens, serviços e conhecimentos;
- Incentivar o estudo e a utilização das tecnologias disponíveis.

2.4 – Objetivos do Ensino Profissionalizante - Curso de Formação de Docentes

Temos como objetivos gerais do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – modalidade integrado, o desenvolvimento do aluno e a construção de sua autonomia intelectual, propiciando subsídios para que ele atribua um novo sentido a prática individual, social e profissional. A aprendizagem remete sempre a algo com significado, aprende-se aquilo que se fez e que faz sentido. Isso implica uma interação propícia, uma relação afetiva entre quem aprende e o que é

aprendido.

Apesar de o objetivo do processo de ensino sempre transcender a experiência imediata, o ponto de partida de qualquer aprendizagem sistemática deve ser o mundo do aluno, seus interesses culturais, suas paixões, percepções, linguagens etc. Daí a necessidade de os contextos dos jovens se tornarem parte integrante do contexto da escola, o que só ocorrerá como resultado da ação coletiva de professores, diretores e equipe pedagógica. Trata-se de uma forma eficiente de buscar elementos capazes de criar empatia do coletivo dos alunos com os projetos curriculares e o cotidiano. Desta forma os objetivos do curso de formação de docentes podem ser assim expressos:

- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- Reconhecer a centralidade da educação escolar no contexto das transformações da sociedade;
- Estimular formas de pensamentos e ações que conectem as instituições educacionais com as organizações da sociedade, possibilitando interrogar sobre as relações do cotidiano escolar e valores que moldam a educação e a sociedade.
- Aprimorar o educando enquanto pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando com a prática, no ensino de cada disciplina;
- Estimular as potencialidades individuais dos alunos;

2.5 - Objetivos do Ensino Profissionalizante - Curso Técnico em Agroindústria

- Promover a educação como processo seguro da formação humana e de desenvolvimento do sistema social mais amplo;
- Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho no Setor da Agroindústria;
- Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na

sociedade na qual está inserido;

- Propiciar uma formação que possibilite o aluno atuar em indústrias de alimentos e bebidas, agroindústria, laboratórios de controle de qualidade e instituições de pesquisa.

3 – PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DO ESTABELECIMENTO

A escola pública do Estado do Paraná tem vivenciado nos últimos anos uma retomada das questões teórico-metodológicas que pretendem criar uma unidade entre a filosofia da escola, as teorias de aprendizagem que norteiam o trabalho pedagógico do professor e conseqüentemente, uma pedagogia que atenda aos anseios da classe trabalhadora.

O Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa está seguindo as orientações advindas da SEED/PR, ou seja, estamos buscando implementar uma prática pedagógica embasada nos fundamentos filosóficos do Materialismo Histórico Dialético, na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico Crítica. Isto por que estas concepções demonstram unidade, acreditando que na medida em que o aluno aprende, ele se desenvolve. Assim, a escola torna-se uma instituição promotora da aprendizagem, do conhecimento, um lugar onde o desenvolvimento é impulsionado e pode ser adquirido por todos, sem discriminação.

A Psicologia Histórico-Cultural tem demonstrado ser a teoria mais adequada à compreensão de desenvolvimento humano, isto por que analisa os aspectos biológicos, porém os percebe de modo secundário, privilegiando desta forma os aspectos culturais. Olhar para a educação com esta visão de desenvolvimento, acarreta em não meritocratizar a escola, como se alguns fossem naturalmente "mais inteligentes" que os demais. Se pretendemos uma sociedade justa e igual para TODOS, temos que garantir que todos tenham as condições sociais para se desenvolverem e, assim, potencializarem seu desenvolvimento. Partindo destes pressupostos, considera-se que nesta nova perspectiva didática, o aspecto social como o ponto de partida e de chegada para todo o processo de aprendizagem escolar.

3.1 - Papel Social da Escola

A escola é responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão, no sentido pleno da palavra. Então, cabe a ela definir-se pelo tipo de cidadão que deseja formar, de acordo com a sua visão de sociedade. Cabe-lhe também a incumbência de definir as mudanças que julga necessário fazer nessa sociedade, através das mãos do cidadão que irá formar. Desta forma os profissionais do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa em processo de formação continuada estão desenvolvendo trabalhos teóricos e práticos a fim de definir qual é o papel social da escola enquanto instituição formadora de opinião e de construção e aquisição de conhecimentos.

3.2 - Conceito de Sociedade Democrática e Autonomia Escolar

A sociedade tal como tem se apresentado atualmente, apesar de receber o título de democrática tem deixado muito a desejar no que tange a cumprir com a atribuição de possibilitar a todos as condições de participação efetiva no processo decisório, entretanto a escola pública vem na contramão desta realidade. Os educadores que atuam nestes estabelecimentos de ensino vêm cooperando, estudando e buscando formas de aplicar de modo eloquente as características de democracia necessárias ao bom andamento do processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Libâneo, 2005, “não é suficiente a democratização do processo de tomada de decisões, é preciso democratizar o conhecimento...” partindo deste pressuposto pensar em uma sociedade democrática significa pensar em uma sociedade formada por pessoas que possuam as condições de compreender os processos que regem todo o desenrolar do cotidiano em que se encontram, tendo em vista que assim poderão atuar como cidadãos no sentido pleno da palavra, ou seja, pessoas capazes de contribuir para a

construção de uma sociedade que seja efetivamente de todos.

Pela LDBEN nº 9394/96 em seu Art. 12 os estabelecimentos de ensino terão autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros. Mas o que realmente significa autonomia na escola e para a escola?

Para que a escola seja realmente um espaço democrático e não se limite a reproduzir a realidade sócio-econômica em que está inserida, cumprindo ordens e normas a ela impostas por órgãos centrais da educação, deve-se criar um espaço para a participação e reflexão coletiva sobre o seu papel junto à comunidade.

“Assim, torna-se importante reforçar a compreensão cada vez mais ampliada do projeto educativo como instrumento de autonomia e domínio do trabalho docente pelos profissionais da educação, com vistas à alteração de uma prática conservadora vigente no sistema público de ensino. É essa concepção de projeto político-pedagógico como espaço conquistado que deve constituir o elemento diferencial para o aparente consenso sobre as atuais formas de orientação da prática pedagógica.” (Pinheiro, 1998 apud Gadotti, 1997.)

Essa é a necessidade de conquistar a autonomia, para estabelecer uma identidade própria da escola, na superação dos problemas da comunidade a que pertence e conhece bem, mais do que o próprio sistema de ensino. A autonomia implica também responsabilidade e também comprometimento com as instituições que representam a comunidade (conselhos de escola, associações de pais e mestres, grêmios estudantis, entre outras), para que haja participação e compromisso de todos.

Concluindo as reflexões, acreditamos que é este o papel social da escola, atuando frente às profundas desigualdades sócio-econômicas, que excluem da escola uma parcela da população, marginalizada pelas concepções e práticas de caráter conservador, inspiradas no neoliberalismo.

Devemos nos mobilizar pela garantia do acesso e da permanência do aluno na escola. Não basta esperar por soluções que venham verticalmente dos sistemas educacionais. Urge criar propostas que resultem de fato na construção de uma escola democrática e com qualidade social, fazendo com que os órgãos dirigentes do sistema educacional, possam reconhecê-la como

prioritária e criem dispositivos legais que sejam coerentes e justos, disponibilizando os recursos necessários à realização dos projetos em cada escola. Do contrário, a escola não estará efetivamente cumprindo o seu papel, socializando o conhecimento e investindo na qualidade do ensino. A escola tem um papel bem mais amplo do que passar conteúdos. Porém, deve modificar a sua própria prática, muitas vezes fragmentada e individualista, reflexo da divisão social em que está inserida.

3.3 - O Que se Pretende da Escola do Ponto de Vista Político Pedagógico

Os sujeitos que queremos formar são aqueles capazes de produzir sua existência através dos conhecimentos adquiridos e produzidos na escola. Queremos uma escola para todos, onde o conhecimento possa ser aproveitado e aprofundado na escola e também na vida, com uma formação básica que oportunize a todos tal possibilidade.

Quanto à prática adotada, que esta seja transformadora, e que a partir do contexto histórico, político, econômico e social, se possam formar pessoas com condições para, revendo o passado e relacionando-o ao presente, superar a sociedade de classes, onde não haja distinção de raça, cor, religião e/ou classe social. Onde os professores, juntamente com a sociedade, tenham o direito e o dever de discutir os conteúdos com os quais irão trabalhar, sendo que, estes devem ser emancipadores e que permitam a compreensão das relações sociais.

Por isso, a escola que queremos é a que forme o sujeito em sua totalidade, ou seja, não fragmentado, que não compreende a si mesmo e nem compreende as relações de dominação a que está sujeito. Nesse sentido, as relações não podem ser hierarquizadas e autoritárias, mas de respeito entre sujeitos que podem mudar os rumos da sociedade. Para que esta escola seja possível, o corpo docente deve ter formação continuada, para que fundamentados compreendam as mudanças sociais e com isso possam aperfeiçoar sua prática, tendo como centro o aluno.

3.4 – Educação Especial

Nos últimos anos, teoricamente a Educação Especial, vem ganhando espaço na sociedade, rompendo com as tradicionais práticas segregativas e adotando procedimentos que contribuem para a garantia dos direitos e possibilita a participação da pessoa com deficiência na sociedade como sujeito ativo e participativo. Vale ressaltar que tais conquistas são resultado das lutas das pessoas com deficiência e de profissionais comprometidos com as reivindicações deste segmento. Lutas essas que demonstram no dia-a-dia um interesse, cada vez mais generalizado por parte da população, em conhecer e relacionar-se corretamente com as pessoas que têm uma deficiência, ainda que a sociedade seja permeada por preconceitos camuflados em várias práticas. Percebe-se, no entanto através de palestras, cursos, campanhas, livros, folhetos, revistas enfim em vários setores da sociedade constata-se mensagens escritas, faladas, desenhadas e dramatizadas ensinando as formas corretas de interagir com pessoas cuja deficiência, que é bastante variada e cuja presença é notada com mais frequência a cada dia que passa.

No Brasil o preconceito contra toda pessoa que fuja dos padrões estereotipados como normal, gira em torno de uma camuflagem do problema, ou então de uma naturalização do mesmo, como se os fatos não acontecessem em decorrência de sua própria história. Este processo de naturalização está intimamente ligado aos ideais burgueses e neoliberais, que precisam manter as coisas como estão para manter a alternância no poder entre grupos que possuem ideologias parecidas.

E a Escola sendo o local onde tramita o conhecimento científico, não poderia ficar de fora dessas discussões, muito menos negar a essas pessoas o direito de ter acesso a esse conhecimento e acima de tudo de instruí-las como forma de emancipá-las em todos os sentidos.

No Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, os alunos com necessidades educacionais especiais vêm sendo atendidos desde a fundação da escola, entretanto este atendimento nunca recebeu a diferenciação necessária. Tais alunos eram ensinados ao longo do ano letivo sem a devida adaptação que suas necessidades educacionais indicavam, ao final do período letivo, reunidos no Conselho de Classe, os professores decidiam se o aluno seria aprovado, mesmo sem ter atingido os objetivos da

série, ou se seria retido para, no ano seguinte, buscar alcançar o nível de desenvolvimento cognitivo dos demais. Em alguns casos, segundo relatos orais de professores que atuam na escola há vários anos, alguns alunos frequentavam a mesma série por dois ou mais anos no intuito de conseguir acompanhar a série seguinte. Na maioria das vezes os professores faziam ou ainda fazem seu trabalho em sala de aula com tais alunos sem perceber que a reprovação é a consequência e não a causa do problema, não estamos aqui defendendo práticas como a aprovação compulsória, mas queremos uma educação no mínimo reflexiva, principalmente a destinada às pessoas com necessidades especiais.

Esta realidade não é um caso a parte em nossa escola, infelizmente ela se assemelha a de outras tantas escolas que ao longo de suas atividades receberam e atenderam estes alunos, porém sem ter conhecimento das formas adequadas para este atendimento em vez de promover a tão sonhada inclusão acaba por excluir verdadeiramente esses sujeitos do processo de escolarização. Vale ressaltar que ninguém escolhe ser excluído de determinada sociedade, as exclusões surgem no decorrer da trajetória histórica dos sujeitos e não compete a eles abandoná-la ou não. Isso tudo nos aponta que é necessário urgentemente repensar práticas, currículos e programas pra melhorar ou implantar definitivamente uma educação que atenda as perspectivas dos sujeitos respeitando as suas capacidades físicas, motoras ou intelectuais, assim estamos nos propondo a organizar uma proposta curricular que atenda aos preceitos da flexibilização curricular, a fim de atender cada aluno dentro de suas especificidades.

Legalmente falando, encontramos o termo INCLUSÃO na Constituição Federal de 1988, nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Ainda neste contexto temos como referência a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, a Conferência Mundial de Educação para todos em Jontiem de 1990 onde os países tiveram que adaptar-se e criar formas legais para o atendimento educacional a todos na perspectiva da educação inclusiva e finalmente a Declaração de Salamanca, 1994, a qual propôs o paradigma da inclusão social, afirmando a necessidade de todos se comprometerem com a eliminação das barreiras (arquitetônicas e atitudinais) que vem excluindo uma parcela considerável da população mundial, dentre as quais se encontram os cegos, os surdos e aqueles com deficiências físicas ou mentais. O Brasil, como signatário

destes tratados teve que tornar direito legal esta forma de atendimento através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que em seu Capítulo V traz as orientações relativas à Educação Especial. No Artigo 58, há uma definição do que é a educação especial, ou seja, é uma modalidade de educação escolar que deve perpassar todos os níveis da educação, tendo em vista que os alunos com algum tipo de deficiência e/ou distúrbio de aprendizagem tem o direito de frequentar as escolas comuns em todos os seus níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, sendo atendidos em suas especificidades. Para tanto, no parágrafo único do Artigo 60, adota como preferencial a ampliação do atendimento a estes alunos na própria rede pública regular de ensino.

No Colégio Desembargador, assim como nas demais escolas paranaenses, vem aumentando intensivamente o número de alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, pouco tem sido feito no sentido de oportunizar uma formação que possibilite ao educador os conhecimentos básicos que o leve a se comprometer e dar conta da educação deste grupo de alunos. Isto pode ser evidenciado na falta de uma política de formação dos professores para atender as necessidades educativas das pessoas com deficiência, a qual deve se dar nos cursos voltados para formar especialistas, naqueles dirigidos à preparação de docentes generalistas e por meio da formação continuada.

Em se tratando de dados estaduais, detectamos que, entre os 399 municípios, 368 recebem algum tipo de atendimento especializado (Sala de Recursos, Centro de Atendimento Especializado, Professor de apoio permanente, Profissional Intérprete, Instrutor surdo, Classe especial, Escola Especial), representando 92% de cobertura no Estado. O total de alunos atendidos na área de Educação Especial é de 60.000, sendo que 38.825 recebem atendimento na rede conveniada (instituições especializadas), representada pelas escolas especiais, e 21.175 na rede regular de ensino. A partir de 2003, houve um acréscimo significativo de 15% nas matrículas dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na rede comum de ensino, segundo dados informados no Portal Dia a Dia Educação.

O Colégio Desembargador possui atendimento na forma de Salas de Recurso as quais trabalham com as áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem. E de acordo com as Diretrizes Nacionais a sala de recursos é

um serviço de apoio pedagógico especializado, no qual o professor realiza a complementação ou suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos. Trata-se de um serviço de apoio especializado para alunos de 5ª a 8ª séries ofertado no período contrário daquele em que o aluno frequenta na Classe Comum, com professor especialista em Educação Especial, em espaço físico adequado, onde o atendimento pedagógico específico se dá individualmente ou em pequenos grupos, com cronograma de atendimento, com vistas ao progresso global dos alunos que apresentam dificuldade no processo de aprendizagem, com utilização de programações específicas, métodos, estratégias, atividades diversificadas e extracurriculares. A Sala de Recursos é um espaço de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, com o objetivo de superar dificuldades de aprendizagem e o desenvolver de diferentes possibilidades para que tenham acesso ao conhecimento científico tal qual os demais alunos que não fazem parte da mesma.

Desde o ano de 2006 a escola oferece o atendimento através da Sala de Recursos, que foi atendida através da Autorização nº 1146 de 04/04/2006. Considerando a especificidade dos alunos matriculados neste colégio, residentes em áreas com transporte escolar em único turno, impossibilitando o remanejamento, foram solicitados junto ao Departamento de Educação Especial a ampliação da carga horária da Sala de Recursos, passando a oferecer este atendimento nos turnos da manhã e da tarde. Os alunos que frequentam a Sala de Recursos são atendidos até 02 vezes por semana de forma individual ou em pequenos grupos. Neste período os alunos trabalham com materiais e recursos pedagógicos diversificados, através de um atendimento diferenciado.

No primeiro ano de funcionamento, a Sala de Recursos atendeu 50 alunos de 5ª a 8ª série, dos quais 50% foram retidos na série em que estavam matriculados, excluindo-se os desistentes e transferidos. No ano de 2007, foram atendidos 40 alunos, dos quais 10,3% foram retidos na série regular, também se excluindo os transferidos e desistentes. Em 2008 a escola sofreu a redução da carga horária da Sala de Recursos, ficando com apenas uma sala, atendendo as novas exigências legais para este serviço especializado. Considerando estas novas exigências terminamos o ano de 2008 com 08 alunos regularmente matriculados na Sala de Recursos, dos quais 100% foram

aprovados para a série seguinte no ensino regular.

Como se pode perceber através dos números, o primeiro ano demonstra que o atendimento não foi suficiente para auxiliar os alunos no processo de aprendizagem e desenvolvimento de suas habilidades e também aos professores em seu processo de ensino. Isto porque além de buscar desenvolver no aluno as áreas cognitiva, sócio-afetiva e motora, o profissional especializado que atende na Sala de Recurso deve acompanhar o ensino fazendo as intervenções em forma de orientação aos professores da classe regular, fato que ficou comprometido devido a, num primeiro momento haver certa resistência por parte de alguns docentes a este apoio.

Nos anos de 2007 e 2008, houve uma mudança neste quadro, os números confirmam que o atendimento e orientações a respeito das adaptações curriculares necessárias ao trabalho pedagógico com estes alunos parece ter sido mais bem aceitos. Fato confirmado também por grande número de professores da escola ter buscado especializar-se através de cursos de pós-graduação na área de Educação Especial, demonstrando a percepção da necessidade de melhor entendimento a respeito das especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais cada vez mais diagnosticadas e evidenciadas na escola.

A realidade do Colégio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, pode ser considerada uma expressão micro do que vem ocorrendo na Educação Especial do país como um todo. É um momento delicado de mudanças conceituais e mesmo de valores que estão presentes na formação do educador.

Enquanto seguimos a luta pela real implementação de uma educação inclusiva e reflexiva chegamos à conclusão de que a escola precisa aprender a respeitar as características de cada aluno, ofertando uma formação pautada na qualidade, sendo no mínimo acolhedora e valorizando a diversidade social e cultural. Deve-se criar uma relação de apoio entre pais, professores e alunos, a fim de criar um consenso de que a educação, especificamente a inclusiva é responsabilidade de todos: governo, sociedade, escola, professores, pais e alunos.

3.5 – Do Estágio não obrigatório

Uma das finalidades do Ensino Médio constitui-se na “preparação básica para o trabalho”, definidas na LDB como princípio humano, cidadão. Diante dessa perspectiva o estágio não obrigatório assumido como parte integrante deste Projeto Político Pedagógico, busca a articulação do processo produtivo a atividade educativa. Ao ser inserido neste PPP o estágio não obrigatório não se contrapõe a concepção de escola pública emancipatória, antes vai além da formação articulada as necessidades do mercado de trabalho, contemplando a formação humana pelo trabalho partindo da prática cultural. Romper com a dicotomia do mercado, assumida na sociedade excludente, implica segundo GARCIA (2009) um compromisso de construir uma articulação e integração orgânica entre trabalho como princípio educativo a ciência e tecnologia como síntese de toda produção humana com seu meio e a cultura como síntese da formação geral específica por meio de diferentes formas de criação existentes na sociedade. Assim o estágio como atividade que visa a preparação para o trabalho produtivo, conforme lei nº 11788/2008 vem ao encontro desse projeto societal. Ao não se contrapor a concepção de escola pública o estágio previsto neste PPP é ato educativo escolar desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto cognitivo, tendo como referência seu papel a partir das relações de trabalho diante da contraditória sociedade atual. O desenvolvimento do estágio está previsto e descrito no Plano de Estágio desta instituição.

3.6 – Sistema de Avaliação

A avaliação deve ser entendida como um meio de se obter informações e subsídios para favorecer o desenvolvimento do aluno e o seu processo de aprendizagem. Ao dispor dessas informações é possível adotar procedimentos para correções e melhorias no processo, aperfeiçoando o trabalho pedagógico.

Ao avaliar estamos refletindo sobre a nossa atuação e também a respeito do coletivo da escola em atender a sua função de espaço singular de

construção do conhecimento.

A decisão de transformar a prática avaliativa não acontece de uma hora para outra, nem de forma isolada das outras decisões prescritas na Proposta Pedagógica. A forma de avaliar da escola e sua efetiva adoção na prática pedagógica, demanda estudo e reflexão de professores, equipe pedagógica e direção. Neste sentido, a avaliação pressupõe um monitoramento constante do aluno, do corpo docente e de todos os profissionais que atuam na escola em todas as suas atitudes, perguntas, receios, posturas, participações e ausência.

A avaliação entendida como acompanhamento da aprendizagem é contínua, caracterizando-se como um mapeamento que vai identificando as conquistas e os problemas dos alunos em seu processo de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação tem caráter investigativo e processual, superando os limites da “nota”, passando a contribuir com a função básica da escola, que é promover o acesso a apreensão ao conhecimento constituindo-se num recurso precioso que subsidia o planejamento de novos encaminhamentos com vistas a uma aprendizagem eficaz.

Os alunos precisam de tempo para empreender potencialidades competências e interagir com o conhecimento, pois a aprendizagem é de natureza processual. Quem está aprendendo não passa de um dia para outro de uma situação de “nada saber” para a de “saber tudo”, mas faz um percurso de idas e vindas.

Desta forma a avaliação tem de adequar-se à natureza da aprendizagem, levando em conta não só os resultados das tarefas realizadas, o produto, mas também o que ocorreu no caminho, o processo. Para isso, é preciso observar:

- a) Que tentativas o aluno fez para realizar a atividade?
- b) Que dúvidas manifestou?
- c) Como interagiu com os outros?
- d) Demonstrou alguma independência?
- e) Revelou progressos em relação ao ponto em que estava?

3.6.1 - Avaliar Para Replanejar

A avaliação tem a importante função de orientar os procedimentos de ensino em sala de aula. É através dela que o professor obtém informações

básicas sobre quantos e quais alunos estão conseguindo realizar as atividades, onde estão concentradas as suas dificuldades e de que natureza são, possibilitando perceber se as mesmas estão relacionadas com o que foi proposto, com os materiais utilizados, com o tempo oferecido, ou com outras condições gerais do funcionamento da escola. Assim sendo, o professor fará as intervenções pedagógicas que forem necessárias à aprendizagem dos alunos.

3.6.2 - Critérios de Avaliação

A prática da avaliação, como acompanhamento cotidiano da aprendizagem, ajuda o professor a emitir juízos de valor mais adequados sobre o aproveitamento escolar dos alunos.

Independente da forma pela qual a escola expressa esses juízos de valor – notas, conceitos – e da frequência com a qual os emite (bimestral, semanal), essa formalização tem um caráter de síntese. Nesses momentos, faz-se uma reflexão maior e mais cuidadosa sobre os resultados atingidos.

Os critérios de avaliação têm um papel importante, na medida em que tem clareza sobre os mesmos, pois os alunos estarão mais atentos ao seu processo de aprendizagem. Assim, terão condições de desenvolver, com o auxílio do professor estratégias pessoais e recursos para vencer possíveis dificuldades. Isso torna as regras do jogo mais explícitas, tornando o aluno sujeito de sua aprendizagem.

É importante realizar a análise de resultados junto com outros professores da escola, num trabalho coletivo, pois tal procedimento propicia uma avaliação fidedigna do aluno na medida em que fornece elementos significativos para a tomada de decisões. Esta análise subsidiará o planejamento das intervenções pedagógicas com o objetivo de retomar o processo e consolidar a aprendizagem dos alunos.

3.6.3 - A Correção Como Momento de Aprendizagem

A correção pode ser feita a partir da análise das respostas com os alunos – as incompletas, as incompreensíveis, as que mostram que o aluno não

entendeu o que foi pedido, as que reproduzem “fielmente” os assuntos tratados, e também aquelas em que não havia uma única resposta possível. As formas de correção, os critérios, a atribuição de valores também devem ser discutidos com a classe em todos os momentos da avaliação. Com esses cuidados, as avaliações escritas podem compor, com outros instrumentos, um conjunto coerente de procedimentos avaliativos, tendo em vista a complexidade do processo de aprendizagem.

No entanto, é importante ressaltar que a avaliação escrita pode explicitar apenas alguns aspectos relativos a aquisição de conhecimentos. Não dá conta de outras dimensões que precisam ser avaliativas na formação do aluno. Neste sentido, a função da avaliação precisa ser ressignificada no processo avaliativo, considerando-se os limites de sua utilização quando se tem o compromisso de empregá-la em benefício da aprendizagem.

3.6.4 - Auto-Avaliação

No cotidiano da sala de aula, os alunos devem ser orientados a refletir sobre a maneira como estão realizando cada tarefa e como podem melhorar o seu desempenho tendo em vista a sua aprendizagem. A auto-avaliação coloca o aluno na condição de olhar criticamente não só o resultado do seu trabalho, mas também o que aconteceu no caminho por ele percorrido. Neste sentido, alguns questionamentos podem ajudá-lo a refletir sobre:

- a) Como a tarefa foi realizada (quando? Onde? Com que intenção?)
- b) Como foi feito o trabalho: o que facilitou, o que dificultou o seu desempenho?

3.6.5 - Instrumentos de Avaliação

A fim de cumprir com os objetivos da avaliação escolar o professor analisará a especificidade de suas turmas, os objetivos dos conteúdos trabalhados e, a partir destes pontos definirá quais instrumentos de avaliação utilizará em cada situação. Dentre os instrumentos utilizados podemos citar:

- Provas escritas;

- Provas orais;
- Pesquisas;
- Trabalho em sala de aula;
- Tarefas;
- Apresentação de trabalhos;
- Participação em atividades extra-curricular, etc...

3.6.6 - Formas de Obtenção da Nota Bimestral e Recuperação de Estudos

Segundo o Regimento Escolar, a avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno, sendo contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Ou seja, dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos curriculares, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas neste Projeto Político-Pedagógico. Ela deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si, bem como proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino.

Para obtenção da média bimestral, optou-se pela aplicação da média aritmética, ou seja, toda e qualquer atividade avaliativa valerá 10,0 (dez pontos), sendo que os resultados serão somados e divididos pelo número total de avaliações aplicadas em cada bimestre. O professor deverá utilizar de instrumentos variados para suas avaliações a fim de possibilitar aos educandos diferentes oportunidades de demonstrar seu aprendizado.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A qual dar-se-á de forma

permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem, devendo ser organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, indicando a área de estudos e os conteúdos da disciplina. A recuperação deverá ser paralela a cada conteúdo trabalhado e avaliado, sempre que se constatar que os alunos não tenham aprendido os conteúdos propostos.

4. MARCO OPERACIONAL

4.1 - Ações Gerais da Escola

Para nortear todas as ações, são considerados os princípios de igualdade para acesso e permanência na escola, a qualidade do ensino como privilégio de todos, uma gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação.

Em relação à aprendizagem, desempenho e permanência dos alunos é necessário redirecionar e ampliar os conhecimentos e rever a forma de avaliação, principalmente da Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Naturais (Ciências de 5.^a a 8.^a séries, Física, Química e Biologia) que apresentam a maior incidência de reprovação. É também necessário reduzir e extinguir a evasão e o abandono, principalmente no Ensino Médio. Implementar um esforço concentrado da Escola com os órgãos representativos

da sociedade e a família para conter a promiscuidade, agressividade, o uso de drogas, as “gazeações” de aula e o desestímulo ao estudo. Buscar soluções para a superlotação das turmas do Ensino Fundamental, a falta de espaço, e a distribuição dos alunos nos três turnos de funcionamento do Colégio.

Em relação aos profissionais que trabalham na Escola: buscar a coletividade, o respeito mútuo e a superação das limitações individuais; incentivar a participação de todos em cursos de capacitação, não privilegiando o pequeno grupo que está sempre disponível aos cursos; buscar professor habilitado para atuar no laboratório de informática e lecionar Química; lutar por um serviço de segurança externo; promover encontros, debates e palestras para o pessoal dos serviços de apoio.

Dos recursos materiais e físicos, procurar soluções criativas para o uso dos vídeos, DVD's e televisores pendrive; melhorar o acesso à biblioteca, procurando desviar o fluxo de alunos da porta de entrada da Escola; promover a cultura da conservação do patrimônio que é de todos e o respeito aos horários de funcionamento da Escola.

Para que a educação seja de qualidade, algumas ações são necessárias:

- Buscar a participação efetiva de todos os setores da comunidade escolar na discussão e elaboração do PPP da escola, afim de que haja comprometimento e sucesso. Proporcionar atividades que tragam os pais para a escola, resgatando a participação deles nas discussões sobre: o PPP, as políticas educacionais, a gestão democrática, as matrizes curriculares, o funcionamento da instituição, as normas, direitos e deveres previstos no Regimento Escolar, bem como outros problemas, a fim de que as soluções sejam coletivas.
- Apoio da comunidade escolar para a formação continuada de professores e funcionários. Muitos se privam de participar de cursos, seminários, conferências pelo transtorno em trocar ou repor aula. Se a ausência é por motivo de aperfeiçoamento, em vez de o professor deixar matéria, a Equipe Pedagógica poderia utilizar estas aulas para desenvolver projetos, ou até mesmo contar com o auxílio de estagiários das faculdades e do Curso de Formação de Docentes para atividades e projetos. A elaboração do horário, procurar conciliar a hora atividade dos professores por área.
- Lutar junto com a comunidade escolar e APP para o aumento do porte da escola, a fim de atender melhor às necessidades dos alunos.

- Lutar junto com a APP para o cumprimento da lei que reduz o número de alunos por sala.
- Resgate das atividades desportivas, culturais e científicas, como: Jogos Interclasses e Interescolas, Festa da Primavera, Show de Calouros, Feiras de Ciências e do Conhecimento, jornais internos, rádio comunitária, Festa Junina para a comunidade, teatros, entre outros.
- Organização do Grêmio Estudantil.
- Palestras e seminários com temas de interesse da comunidade: água, saúde, educação e políticas educacionais.
- Implantação do projeto “Saúde na Escola”.
- Ensino de xadrez;
- Criação e cultivo por parte dos alunos de jardins e hortas.
- Espaço semanal na rádio comunitária para uso da escola: divulgação, informação, etc.
- Valorização do Curso de Formação de Docentes.
- Reuniões diversas para divulgação dos projetos e programas desenvolvidos na escola, para que todos que trabalham tenham uma visão geral dessas atividades.
- Gestão democrática: discussão com a comunidade escolar sobre as decisões importantes a serem tomadas.
- Fazer cumprir o Regimento Escolar tanto para os alunos como para os demais segmentos da escola;
- Estabelecimento e cumprimento de regras e sanções para alunos que apresentam comportamentos inadequados assegurado no Regimento Escolar.
- Mudança de horário de aulas só em casos de extrema necessidade.

4.2 – Plano de Ação da Direção

A Equipe de Direção, representada pela diretora Ana Rosa Gregorio, que assumiu o cargo em 02/01/2009 até 31/12/2011, tem por objetivo acompanhar a Escola como um todo, onde cada pessoa envolvida no processo de ensino-aprendizagem, funcionários, alunos e pais/responsáveis se configura num elemento fundamental, cuja função e tarefa contribui na construção contínua

de uma educação de qualidade.

São propostas para a ação da equipe de direção na busca por uma Escola voltada para a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade:

- integrar a Escola com as Universidades para cursos como: Semana Pedagógica e Formação Continuada;
- buscar o apoio, parceria e o envolvimento das entidades organizadas em eventos e palestras de interesse para a formação do aluno cidadão e do profissional comprometido;
- fortalecer, consolidar e integrar o Conselho Escolar, a APMF, bem como formar o Grêmio Estudantil, os docentes e outros trabalhadores em educação, sendo esse um espaço de tomada de decisões coletivas;
- integrar a Casa Familiar Rural nas atividades realizadas na Escola, sendo oportunizado a eles, as mesmas condições que aos alunos da Escola Base;
- realizar atividades para integrar as modalidades de ensino: Fundamental, Médio, Formação de Docentes e Casa Familiar Rural.
- Valorizar: 1) profissionais que trabalham na Escola: incentivar a participação de todos nos cursos de Formação Continuada, nos cursos de treinamento para melhor uso das tecnologias disponíveis, nas semanas pedagógicas, seminários e congressos promovidos por entidades do Governo, visando a construção de uma educação de qualidade; 2) Alunos: concentrar esforços na busca de uma avaliação que privilegie o que cada um tem de melhor, incentivando-o a superar seus limites e dificuldades, podendo manifestar suas qualidades, aptidões e vocação na completa aprendizagem dos conteúdos ministrados bem como o direito de aprender a aprender. 3) Famílias: sendo a escola, uma aliada na formação e educação dos filhos, tem na família, uma parceira a somar e auxiliar nas discussões, decisões e orientações na busca de melhoria no desempenho do aluno e consequentemente no seu futuro.
- Promover e incentivar: 1) visitas dos alunos formandos às universidades da região e participação em simulados; 2) melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional, buscando um ensino significativo; 3) discussões para elaboração de uma proposta coletiva, envolvendo toda a Comunidade Escolar, comprometida na busca de soluções para minimizar os problemas de indisciplina; 4) abertura de mais turmas do CELEM.

- Adquirir materiais didático-pedagógicos necessários.
- Melhorar o acervo bibliográfico para o Curso de Formação de Docentes, Ensino Médio e Fundamental.
- Gerenciar o espaço físico, com ocupação racional das salas e espaços livres, buscando reduzir a superlotação dos ambientes e criando espaços aproveitáveis no pátio da escola, com a construção de mesas e bancos ao ar livre.

Projetos que se pretende implantar, manter e/ou ampliar:

- cultura e ensino-aprendizagem: Momento de leitura para todos os setores da escola; resgate dos momentos cívicos e datas comemorativas, como Semana da Pátria; realização das gincanas; palestras educativas; criação e apresentação de peças teatrais, paródias, shows musicais sem prejudicar os conteúdos, previstos nos planejamentos; Projeto Fera Com Ciência; Semana da Primavera; Projeto Viva Escola; Festa Junina com integração de toda a comunidade escolar; Semana do Curso de Formação de Docentes com palestras, mini-cursos, oficinas e seminários.
- esportes: buscar recursos para construção, em parceria com o Governo do Estado, de outra quadra poliesportiva; popularização do jogo de xadrez; realização de campeonatos interséries e interescolas; participação em jogos regionais, estaduais e municipais, promovendo a integração dos alunos com atividades recreativas.
- alimentação: melhoria na qualidade da merenda escolar, distribuindo melhor nos três turnos e funcionamento da Cantina Escolar em conformidade com a Lei Estadual.
- saúde: buscar, junto a Secretaria Municipal de Saúde, ampliação do atendimento odontológico oferecido aos alunos e o atendimento especializado para casos identificados, como psicólogo, psiquiatra, oftalmologista, dentre outros.

4.2.3 - Avaliação da proposta

Ao longo do ano letivo serão realizadas reuniões pedagógicas a fim de analisar a proposta de atuação do Colégio, sendo que as mesmas são

registradas em ata própria, e nelas constam as decisões que o coletivo de professores toma em relação às ações efetivadas na escola. Dentre as principais mudanças ocorridas no ano de 2009, podemos citar a opção por organizar a proposta de avaliação de cada disciplina de acordo com suas especificidades, ou seja, mesmo que a escola opte pela média aritmética, cada área deverá entrar em consenso sobre os instrumentos e critérios de avaliação, considerando cada turma e sua realidade, bem com as Diretrizes Curriculares Estaduais. Cada área ou disciplina escolar descreveu em documento próprio a forma de organização avaliativa, as quais seguem anexas a este documento.

4.3 - Formação Continuada de Professores e Funcionários

Uma das conquistas de todos os profissionais da educação do Paraná é o direito em participar de cursos de formação continuada, ofertados pela SEED/PR, em serviço, como parte da atualização e melhor formação para o exercício de suas funções. São alguns dos cursos ofertados pela SEED/PR:

a) Grupos de Estudo

É uma modalidade de formação continuada descentralizada, que oportuniza a participação de Profissionais da Educação da Rede Pública Estadual e Municipal, Profissionais das Escolas Conveniadas. O Grupo de Estudo propicia aos profissionais da educação, a participação em encontros de estudos, com conteúdos voltados à sua área de formação e/ou interesse às questões sócio-educacionais demandadas pela Secretaria de Estado da Educação. A natureza do Grupo de Estudo está vinculada à leitura, reflexão, discussão e trabalho sobre determinada área do conhecimento educacional, cujo objetivo é propiciar subsídios teórico-práticos para o enriquecimento pedagógico.

b) Semana Pedagógica nas Escolas

Atividades de formação continuada descentralizada, pois ocorre simultaneamente em todas as escolas da rede de ensino público e envolve todos os seus trabalhadores (professores, equipes diretivas, pedagógicas e funcionários). O objetivo central é discutir a concepção e a organização do currículo, refletindo sobre a função social da escola pública, instrumentalizar a prática pedagógica dos profissionais da Educação sobre as concepções de Ensino e Aprendizagem.

c) PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

É uma política pública que estabelece o diálogo entre professores da Educação Superior e os da Educação Básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense. O PDE, integrado às atividades da formação continuada em Educação, tem como objetivo proporcionar aos professores da rede pública estadual subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, e que resultem em redimensionamento de sua prática. O PDE se destina aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, que se encontram Nível II, Classe 11, da Tabela de Vencimentos do Plano de Carreira.

d) GTR – Grupos de Trabalho em Rede

O GTR possibilita a integração do Professor PDE com os Professores da Rede, por meio de encontros virtuais, para discussão das temáticas de sua área de formação e/ou atuação. Os participantes desses grupos estabelecem relações teórico-práticas em sua área de conhecimento, visando ao enriquecimento didático-pedagógico, por meio de leituras, reflexões, troca de idéias e experiências. Os cursos são na modalidade a distância, realizados via Internet, com o acompanhamento de um tutor.

e) DEB ITINERANTE/NRE ITINERANTE

O DEB Itinerante faz parte da formação continuada descentralizada, com os eventos sediados nos Núcleos Regionais de Educação, possibilitando o contato direto da Secretaria de Estado da Educação por meio do Departamento de Educação Básica (DBE) com todos os professores de todas as disciplinas da Rede Estadual de Educação. O formato foi realizado através de oficinas disciplinares e oficinas com equipes pedagógicas. As oficinas disciplinares trabalham na perspectiva da efetivação das Diretrizes Curriculares Estaduais nos Projetos Político Pedagógico e nos Planos de Trabalho Docente. O NRE Itinerante trata-se de uma continuação do DEB Itinerante, ministradas pelos técnicos pedagógicos das equipes disciplinares dos NRE's. Também realizado através de oficinas disciplinares descentralizadas, em que se discute encaminhamentos metodológicos através dos conteúdos de cada disciplina, e a produção de materiais didáticos como Folhas e OAC. As oficinas são realizadas durante o ano letivo, em uma escola base, que comporte o contingente de pessoal.

d) PROFUNCIÓNÁRIO

Cursos técnicos de nível médio do Eixo Tecnológico de Apoio Educacional, voltado para os trabalhadores que exercem funções administrativas e de serviços gerais nas escolas da rede pública estadual de educação básica. O objetivo é profissionalizar os funcionários e possibilitar o diálogo com os outros segmentos da escola. Além disso, o Profuncionário vale para evolução na carreira através do plano de cargos e salários, como parte da política de valorização dos profissionais da educação pública do estado. Curso, em geral, realizado aos sábados, em Cascavel, no Colégio Estadual Wilson Jofre.

e) Formação para Salas de Apoio

Formação visando aperfeiçoar o trabalho docente já desenvolvido nas salas de apoio, a partir dos dados levantados sobre a expectativa de melhoria de desempenho dos alunos assistidos nesse espaço.

f) Simpósios

Simpósios referentes a cada uma das disciplinas desenvolvidas na Educação Básica, para ampliar e atualizar os conhecimentos específicos de cada disciplina, bem como dos níveis de ensino, onde o professor tem a oportunidade de participar de oficinas temáticas que propiciarão um espaço de discussão teórica e metodológica para as disciplinas. Realizados em várias lugares do Estado do Paraná, seguindo cronograma da SEED/PR.

g) Jornadas de Pedagogos e Diretores

Formação continuada para os Pedagogos e as Equipes de Direção das Escolas Públicas Estaduais, para discutir, analisar e dimensionar as ações pedagógicas nas escolas. Realizados em encontros durante o ano letivo, na cidade de Cascavel, numa carga horária de 32 horas.

h) Curso Educação Digital

O Curso Educação Digital, faz parte do Programa Nacional de Educação Continuada em Tecnologia Educacional, que visa contribuir para a inclusão digital de profissionais da educação, buscando familiarizá-los, motivá-los e prepará-los para a utilização significativa de recursos de computadores e recursos da Internet, refletindo sobre o impacto dessas tecnologias nos diversos aspectos da vida, da sociedade e de sua prática pedagógica. Curso realizado pelo CRTE do NRE de Cascavel, utilizando as dependências do Laboratório de Informática da Escola.

4.3.1 – Hora Atividade

Os professores tem assegurado por lei o direito de 20% (vinte por cento) de sua carga horária semanal de trabalho destinada à horas-atividades, sendo assim a escola organiza um cronograma de horários onde a cada dia da semana uma disciplina ou uma área do conhecimento possui suas horas-atividades concentradas e agrupadas. Nestes momentos os professores podem participar de cursos de aperfeiçoamento profissional, organizar atividades pedagógicas da área, realizar reuniões com a equipe pedagógica, bem como preparar suas aulas, manter os registros nos livros atualizados, corrigir e preparar avaliações e demais atividades.

4.4 – Instâncias Colegiadas

4.4.1 - APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários

O órgão de representação de pais, mestres e funcionários do Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, existe desde 1969, sendo que o primeiro Estatuto e a primeira Diretoria foram votados em 14/10/1969, conforme Ata n.º 1, de 14/10/1969 anotada no Livro 01 da Associação de Pais e Mestres à folha 1. Foi dado posse à seguinte Diretoria: Bráulio M. de Rezende (Presidente), Olavo Della Torre (Vice-Presidente), Antônio Ferronato (1.º Secretário), Eloi Finger (2.º Secretário), Delmiro Zancanaro (1.º Tesoureiro), Daniel Mocelin (2.º Tesoureiro) e aos Conselheiros: Guilherme Pierozan, Indolecio Leite, Angelo Piovesan, Gervásio Pinto e Ítalo Tedesco.

A partir de 03/10/1970, conforme Ata n.º 3, do Livro 01 da Associação, por determinação da Secretaria da Educação e Cultural, a entidade passou a chamar-se APP – Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa.

Após várias mudanças na diretoria, conforme estipulava a legislação, em 1988 o Estatuto da Entidade passou por reformulações, de acordo com novas orientações da Secretaria de Estado da Educação, tendo sido aprovado na

Assembléia Geral da APM, em 06/08/1988 e registrado no Registro de Títulos e Documentos – Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício, anotado sob n.º 599410, no livro A n.º 1187 de 14/06/1989. A Entidade passou a chamar-se Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa – APM.

Os primeiros integrantes da Diretoria da APM, regida pelo novo Estatuto, foram: Luiz Neri Albertoni (Presidente), Doralino Lorençatto (Vice-Presidente), Antônio Ferronato (Secretário Geral), Rita de Cássia Stempiniak (Primeira Secretária), Augusto Pierosan (Tesoureiro), Valdira Nascimento (Primeira Tesoureira), Juraci Hreciuk (Diretora Social), Rosa Helena Tonial (Diretora Cultural), Magno Goiano Leite (Diretor de Esportes) e os primeiros membros do Conselho Fiscal: Jaira Santos Pereira, Inácio Lisovski, Antônio Rossa, Lucila Slovinski, Dionísio Basso e Maurício Pietrobon.

Em Assembléia Geral de 26/03/2003 foi realizada uma alteração no Estatuto da APM, nos Art. 31 e 36 do Capítulo VIII – DAS ELEIÇÕES, POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO que trata do mandato da Diretoria que antes era de um ano agora passa a ser de dois anos. No Capítulo IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS, no Art. 43, o exercício financeiro da APM terminará sempre em 30 de abril a cada dois anos de mandato. Na ocasião, foi dada posse a Diretoria composta pelos seguintes membros: Marlene Castagna (Presidente), Inésia Melatti (Vice Presidente), Luis Giareton (Tesoureiro), Sueli Sandi (1.ª Tesoureira), Marilene de Araujo (Secretária Geral), Orlando de Lima Nogueira (1.º Secretário), Ricardo Machado (Diretor Social), Matilde Schreiber (Diretora de Esportes), Miriam Giacomel (Diretora Cultural), e aos membros do Conselho Fiscal: Idemar Rosset, Rovani Novelo, Salete Zanatto, Angela Suzete Zanin, Mari Luci Santin Pietrobon, Sirley Naconesky.

Em virtude de várias mudanças na legislação educacional, em 2005, foi necessário fazer a Primeira Alteração do Estatuto da Entidade, registrada no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Guaraniaçu, sob nº 7801, Protocolo A 03 registrado sob nº 30911 do Livro A.10 com modificação em vários artigos, dentre eles, o Art. 1º, em que a denominação da Entidade passa a ser APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, e o Art. 2º, que rege sobre a natureza da entidade, como pessoa jurídica de direito privado, e órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do Estabelecimento de Ensino,

sem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros. Na ocasião a diretoria da APMF era composta pelos seguintes membros: Ulizete Aparecida Kanarski Ribeiro (Presidente), José Matos dos Santos (Vice-Presidente), Valéria Bertuol (1ª Secretária), Neiva Camana (2ª Secretária), Antonio Pietrobon (1º Tesoureiro), Luiz Alberto Broeto (2º Tesoureiro), Odilair Zaniolo Guilherme (1º Diretor Sócio-Cultural-Esportivo), Sadi Francisco Cáceres (2º Diretor Sócio-Cultural-Esportivo), e os membros do Conselho Fiscal: Neiva Tomé, Inês Cordeiro dos Santos, Antonio Carvalho, Luiz Grein, Verônica Pelizzoni Daron, Ivanir P. dos Santos, Emerson Soligo, Silvana Soares da Silva.

No de 2009 a APMF passou por novas eleições, sendo a atual formação: Presidente: Valcir Antonio Guarda; Vice- Presidente: Albani Daga; Tesoureiro: Marília Ferlin do Belem; Primeiro Tesoureiro: Sonia Modesto; Secretária Geral: Neusa Maria Lazarotto; Primeira Secretária: Eva Rosane Zulpo; Diretor Social: Zenaide Geremia; Vice Diretor Social: Arentina Ribeiro Coelho; Conselho Deliberativo Fiscal: a) Representantes dos Pais: Roseli Brandão, Erondi França, Dilcenéia Rosa e Janete Aparecida Cloth; b) Representante dos Professores: Diva Maria Dias e Ivo Darcy Soligo; Representante dos Funcionários: Eva Brandão Coelho e Marcelo Dariva. Mantendo-se esta mesma formação no ano de 2010.

4.5 – Plano de ação da APMF

A APMF pretende realizar as seguintes ações ao longo do período de vigência do mandato:

- Discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e para a integração família-escola-comunidade;
- Prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre à realidade dessa mesma comunidade;
- Proporcionar condições ao educando de criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis;
- Representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto a

Escola, contribuindo dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares.

- Discutir, decidir e acompanhar o desenvolvimento do currículo escolar, para que seja voltado para o interesse e a vida dos educandos, sugerindo e decidindo sobre as medidas de correção que julgar necessário;
- Programar o uso do Estabelecimento de Ensino nos períodos ociosos, tornando-o um centro de atividades comunitárias, responsabilizando-se pela sua conservação;
- Promover palestras conferencias e círculos de estudo visando orientar pais e professores para um melhor entendimento do aluno e de suas necessidades;
- Mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para atender aos educandos, quando tiverem sido esgotados todas as outras fontes de recursos competentes;
- Decidir e acompanhar sobre aplicação das receitas oriundas de qualquer cobrança ou doação, feitas a APM, convocando Assembléia Geral para discutir e decidir sobre as irregularidades que foram constatadas.

4.5.1 – Articulação Escola, Família e Comunidade

Como se pode perceber, a APMF busca manter sempre ativo o relacionamento da escola com a comunidade, buscando assim, sanar as dificuldades e buscar atender aos seus anseios. Ao longo do ano letivo a escola organiza reuniões com os pais a fim de identificar e informar sobre o andamento do processo de ensino e aprendizagem. Além da presença dos pais, também são realizadas ao longo do período letivo palestras com profissionais das áreas da saúde, serviço social e também profissionais liberais a fim informar os alunos e familiares sobre seus direitos, deveres e possibilidades de atuação no âmbito social e profissional.

4.5.2 – Conselho Escolar

O Conselho Escolar do Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa foi fundado em 22/11/1995 pelo Ato Administrativo n.º

139/95, do Núcleo Regional de Educação de Cascavel que homologou os nomes de: Maria Aparecida de Oliveira, Ana Neoli dos Santos, Álvaro Brescovit, César Lorençato, Geneci Buzzachera, Margarida Weiss, Suely Blahun, Beatriz Resende, Adélio Lemes, Liliane C. Kreling e Rozane Secchi como os primeiros Conselheiros. Mas somente em 10/12/1996 os Conselheiros Valmir Marcelino, Avilda Pilatti, Lourdes Rotta, Valdemar Justino Fêo, Mari Luci Santin Pietrobon, Beatriz Resende, Sandra Fátima Sunti e Lurdes Nardi fizeram o Estatuto do Conselho Escolar, aprovado em 19/03/1997, pelo Ato Administrativo n.º 087/97 do Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

O Artigo 4.º do referido Estatuto define: “O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativo, não sendo remunerados seus Dirigentes e/ou Conselheiros” e o Artigo 5.º estabelece “O Conselho Escolar tem por finalidade efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da Escola, constituindo-se como órgão auxiliar da Direção do Estabelecimento de Ensino”.

Em 2009, quando da mudança na Equipe de Direção da Escola, houve alterações no Conselho Escolar, sendo composto dos seguintes membros: Ana Rosa Gregorio (Diretora); Equipe Pedagógica: Dinorá de Godoy (titular) e Marlene Lieber Rosset (suplente); Corpo Docente: Ilza Ribeiro Gonçalves (titular) e Deuza Bortoluzzi Vanderlinde (Suplente); Funcionários Administrativos: Marcelo Dariva (titular) e Sandra Ceolin Zimmermann (suplente); Funcionários de Serviços Gerais: Fátima Fernandes (titular) e Odilair de Fátima Zaniolo Guilherme (suplente); Corpo Discente: Elana Araújo Rossoni (titular) e Valdeir Alves de Souza (suplente); Pais de alunos: Zenilda de Fátima Betin (titular) e Marilde Isabel Zulpo Wenuka (suplente); Movimentos Sociais Organizados: Juraci Hreciuk (titular) e Ivanir do Vale (suplente), mantendo-se esta formação para o ano de 2010.

4.5.2.1 – Plano de ação do Conselho Escolar

Considerando a importância do Conselho Escolar no processo de

organização do trabalho pedagógico da instituição, e as atribuições deste presentes em seu Regulamento específico, foram traçadas as seguintes ações:

- discutir, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- analisar e aprovar o Plano de Ação Anual da Escola, com base no seu Projeto Político-Pedagógico;
- criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do Projeto Político-Pedagógico bem como do Regimento Escolar, incluindo suas formas de funcionamento aprovados pela comunidade escolar;
- acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no seu Plano de Ação Anual, redirecionando as ações quando necessário;
- definir critérios para utilização do prédio escolar, observando os dispositivos legais emanados da mantenedora e resguardando o disposto no Art. 10 da Constituição do Estado do Paraná, sem prejuízo ao processo pedagógico da escola;
- analisar e deliberar sobre projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua importância no processo educativo;
- analisar e propor alternativas de solução a questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira, detectadas pelo próprio Conselho Escolar, bem como as encaminhadas, por escrito, pelos diferentes participantes da comunidade escolar, no âmbito de sua competência;
- articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, sem sobrepor-se ou suprimir as responsabilidades pedagógicas dos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;
- elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação e da legislação vigente;
- definir e aprovar o uso dos recursos destinados à escola mediante Planos de Aplicação, bem como, prestação de contas desses recursos, em ação

conjunta com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF ou similares;

- discutir, analisar, rejeitar ou aprovar propostas de alterações no Regimento Escolar pela comunidade escolar;
- apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos escolares;
- promover, regularmente, círculos de estudos, objetivando a formação continuada dos Conselheiros a partir de necessidades detectadas, proporcionando um melhor desempenho do seu trabalho;
- aprovar e acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar, observada a legislação vigente e diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- discutir e acompanhar a efetivação da proposta curricular da escola, objetivando o aprimoramento do processo pedagógico, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- estabelecer critérios para aquisição de material escolar e/ou de outras espécies necessárias à efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da escola;
- zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- avaliar, periódica e sistematicamente, as informações referentes ao uso dos recursos financeiros, os serviços prestados pela escola e os resultados pedagógicos obtidos;
- encaminhar, quando for necessário, à autoridade competente, solicitação de verificação, com o fim de apurar irregularidades da Direção, Direção-auxiliar e demais profissionais da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros, em Assembleia Extraordinária convocada para tal fim, com razões fundamentadas, documentadas e devidamente registradas;
- assessorar, apoiar e colaborar com a Direção em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, com destaque especial para:

- a) o cumprimento das disposições legais;
- b) a preservação do prédio e dos equipamentos escolares;
- c) a aplicação de medidas pedagógicas previstas no Regimento Escolar, quando encaminhadas pela Direção, Equipe Pedagógica e/ou referendadas pelo Conselho de Classe;
- d) comunicar ao órgão competente as medidas de emergência, adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades graves na escola;

4.5.3 – Conselho de Classe

O conselho de classe é o órgão colegiado responsável pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem. É organizado bimestralmente, ou sempre que haja necessidade.

4.5.3.1 - Características do Conselho de Classe

As características do Conselho de Classe são permeadas pela dimensão de coletividade na tomada de decisões concernentes ao processo de aprendizagem e ensino ministrados na escola. É entendido como um espaço educativo dos professores na construção de uma proposta interdisciplinar. Além de ser o espaço para aprofundar a análise epistemológica e didática do processo de aprendizagem dos alunos e deliberar ações conjuntas que contribuam para o aprimoramento das ações futuras do corpo docente, dos alunos e de toda escola.

4.5.3.2 - Objetivos do Conselho de Classe

O Conselho de Classe tem como objetivos principais: debater as questões referentes ao ensino e a aprendizagem do colégio; possibilitar a inter relação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre séries e turmas; propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem; favorecer a integração e sequencia dos conteúdos curriculares de cada série/classe e

orientar o processo de gestão do ensino.

O Conselho de Classe constitui-se num momento privilegiado para uma reflexão coletiva sobre a prática escolar, proporcionando o fortalecimento do comprometimento com a mudança e com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

O Conselho de Classe, quando desenvolvido num processo contínuo e coletivo possui muitas vantagens, pois contribui para o favorecimento da integração entre os professores, possibilitando a análise do currículo e a discussão sobre a eficácia dos métodos utilizados. Também contribui para a compreensão das dificuldades de ensino e aprendizagem apontadas com a exposição de diversos pontos de vista e contempla as diferentes óticas dos diversos profissionais permitindo uma avaliação mais criteriosa, e, conseqüentemente um melhor atendimento pedagógico porque proporciona tomada de decisões mais acertadas.

4.5.4 – Regimento Escolar

O Regimento Escolar do Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, aprovado pelo Ato Administrativo n.º 0500/2003, de 17/12/2003, do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, e os Adendos n.º 01/2004 e 02/2004 que o modificaram, são agora substituídos por nova edição do Regimento, reformulado com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96 de 20/12/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Deliberações n.º 003/98 de 02/07/98, n.º 005/98 de 11/12/98, n.º 007/99 de 09/04/99, n.º 014/99 de 08/10/99 e n.º 016/99 de 12/11/99, do Conselho Estadual de Educação.

4.5.5 – Grêmios Estudantis

O Grêmios Estudantis do Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, foi fundado em 16/10/2000, numa Assembléia Geral Extraordinária, conforme registro na Ata n.º 01/2000 do Livro Atas do Grêmios Estudantis. Na Assembléia de fundação também foi aprovado o Estatuto da

entidade, ficando para o dia 25/10/2000, a eleição para escolha da Diretoria Executiva, Diretoria de Corpo, Conselho Fiscal e Comissão Eleitoral, que assumem o Grêmio Estudantil até 30/09/2001.

O Artigo II do Estatuto, define: “O Grêmio Estudantil com base na cooperação e entre ajuda tem os seguintes objetivos:

- a) Defender os direitos constitucionais dos estudantes do Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, de Guaraniaçu.
- b) Representar seus estudantes aonde se julgar necessária a sua presença.
- c) Dar melhores condições de estudo, viabilizando as necessidades e dificuldades da instituição de ensino.”

No ano de 2005 não houve eleição, nem participação dos membros do Grêmio Estudantil antigo, no entanto, para o ano letivo de 2006 desenvolveu-se um trabalho e conscientização dos alunos representantes de turma sobre “liderança” para que compunham uma chapa e seja realizada a eleição.

Em 2010, os membros que compunham o Grêmio Estudantil não mais estudam nesta instituição, sendo assim, a representatividade estudantil está sendo organizada através dos líderes de turma.

4.5.6 – Atividades de Complementação Curricular – VIVA ESCOLA

A partir do ano de 2010, o colégio passa a ofertar as atividades de complementação curricular através do Programa Viva Escola, do governo estadual. As atividades são:

- Viva Escola com Futsal;
- Brincando e Aprendendo Inglês;
- Cinema, história e literatura.

A proposta pedagógica de implementação de cada uma das atividades acima mencionadas está descrita no volume II deste Projeto Político Pedagógico, junto às Propostas Pedagógicas Curriculares.

Diante da necessidade de implementação de uma atividade de reforço escolar destinada aos alunos do ensino fundamental que não podem participar da Sala de Apoio por estarem matriculados a partir da 6ª série, nem da Sala de Recurso por não apresentarem as especificidades deste atendimento, nossa

escola organiza desde o ano de 2008 a atividade de reforço escolar através de um projeto financiado pelo Poder Público Municipal com recursos advindos do CRAS. Este projeto atende principalmente aos alunos que recebem o benefício da Bolsa Família e que estão apresentando dificuldades acentuadas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, bem como no relacionamento inter-pessoal com os colegas e professores. Esta atividade também vem descrita junto ao volume II deste documento.

Outra atividade de complementação curricular ofertada pela escola é o Centro de Língua Estrangeira Moderna – CELEM, o qual trabalha a língua espanhola, este serviço é destinado aos alunos, professores, funcionários e também à comunidade. Esta organizado em séries, sendo primeiro e segundo ano, com possibilidade de oferta em 2011 do Curso de Aprimoramento.

4.5.7 – Desafios Contemporâneos

Atendendo às recomendações da SEED/PR, a escola trabalha com os temas referentes aos Desafios Contemporâneos de forma interdisciplinar, ou seja, cada disciplina aborda questões relativas à: Educação Ambiental; Educação Fiscal; Cidadania e Direitos Humanos; Enfrentamento à Violência na Escola; Educação para as relações Étnico Raciais; Prevenção ao Uso Indevido de Drogas; Educação Escolar Indígena; Educação do Campo; Cultura Afro-brasileira e Africana e Gênero e Diversidade, enfocando a especificidade de cada área. Durante o último bimestre a escola organiza a Feira do Conhecimento onde são expostos os trabalhos realizados pelas turmas ao longo do ano, sendo que muitos destes trabalhos tratam destes temas.

Os estudos sobre o Estado do Paraná e sobre a Agenda 21 Escolar ocorrem de modo específico nas disciplinas de História e Geografia, bem como em Ciências e Biologia, entretanto sempre que há necessidade existe um enfoque interdisciplinar.

A temática da Inclusão Educacional é tratada prioritariamente com os professores, entretanto as turmas recebem formação para o tema através de palestras e conversas com a Equipe Pedagógica e também com os docentes.

4.6 – Recursos financeiros: convênios, programas e parcerias

4.6.1 – Fundo Rotativo

O Fundo Rotativo foi criado pela Lei nº. 10.050, de 16 de Julho de 1992 e regulamentado pelo Decreto nº. 2.043, de 12 de janeiro de 1993. Reestruturado pela Lei nº 14.267, de 22 de dezembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 3.392, de 21 de julho de 2004. É oriundo de programas descentralizados de recursos, desenvolvidos pelo FUNDEPAR ao longo dos últimos 30 anos e atualmente pela SEED/PR. Solução criativa encontrada pelo Instituto, passando a ser um instrumento ágil, viabilizando com maior rapidez o repasse de recursos aos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, para a manutenção e outras despesas relacionadas com a atividade educacional.

Com a criação do Programa Fundo Rotativo, eliminou-se a burocracia, possibilitando aos gestores uma maior autonomia no gerenciamento dos recursos, obtendo respostas mais imediatas de suas necessidades básicas, como: na aquisição de materiais (limpeza, expediente, didático, esportivo, gás, lâmpadas, entre outros), na execução de pequenos reparos (troca de vidros, limpeza de caixa d'água, fechaduras, instalação elétrica e hidráulica, entre outros).

O gestor da conta bancária é o próprio Diretor(a) do Estabelecimento de Ensino. As liberações ocorrem mensalmente, a partir do mês de Fevereiro, até o mês de Novembro. Ao todo são 10 (dez) cotas liberadas, durante o exercício, para aquisição de materiais de consumo e 3 (três) cotas para prestação de serviços. Ainda são repassados recursos aos Estabelecimentos de Ensino, através de Cota Suplementar, desde que seja caracterizada a necessidade do atendimento, cuja despesa não possa ser efetivada em função da inexistência de saldo bancário do valor recebido através da Cota Normal.

Desde a implantação do Programa em 1992, foi somente a partir de 2002 que passaram a ser adotados novos critérios de distribuição de recursos, sendo que a Escola recebe um valor linear de R\$ 200,00 (duzentos reais) mais valor per capita sobre o número de alunos do Ensino Fundamental e 2 (duas) vezes o valor per capita sobre o número de alunos do Ensino Médio, tendo recebido de Fevereiro até Outubro, o montante de R\$ 68.952,69 (sessenta e oito mil e

novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos).

As despesas somente poderão ser realizadas pela Direção do Estabelecimento de Ensino, após a aprovação do Plano de Aplicação pelos membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF e/ou Conselho Escolar. A Comunidade Escolar, além de participar na aprovação do Plano de Aplicação, participa também no acompanhamento da execução das despesas, nos relatórios e prestação de contas.

As despesas somente poderão ser realizadas após o recebimento do recurso, na aquisição de material de consumo e no pagamento de prestação de serviços devendo ser pagas à vista, ficando expressamente proibidas as compras a prazo, ressarcimento de despesas, contrato de manutenção, monitoramento, seguros, combustíveis, entre outras despesas que envolverem pagamentos parcelados. Não será, ainda, permitido o faturamento de bens e serviços contra o FUNDEPAR ou Fundo Rotativo.

As despesas com aquisição de material permanente, equipamentos e melhorias, somente poderão ser realizadas, após a aprovação da solicitação pelo Estabelecimento de Ensino e liberação do recurso, via Cota Suplementar, pela SEED/PR.

O prazo máximo para utilização dos recursos é 15 (quinze) de dezembro. A prestação de contas é semestral dos valores recebidos pelo Estabelecimento de Ensino, devendo ser prestado contas ao Núcleo Regional de Educação, até 31/07, das despesas efetuadas até 30/06 e até 31/01 do ano subsequente, das despesas efetuadas até 15/12.

4.6.2 - Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura

física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental. Em 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro (transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil.

O recurso é repassado uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. Em 15/08/2008 a escola recebeu o montante de R\$ 8.590,60 (oito mil e quinhentos e noventa reais e sessenta centavos). O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais.

Todas as escolas públicas rurais de educação básica recebem também uma parcela suplementar, de 50% do valor do repasse. As escolas urbanas de ensino fundamental que cumpriram as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estipuladas para 2007 também recebem essa parcela suplementar.

O repasse de recursos é realizado diretamente pelo MEC/FNDE em parcela única, depositada na conta corrente da APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários, junto ao Banco do Brasil, nº 66281, Agência 1350-1, desde que a entidade esteja legalizada e com a documentação válida junto à Assessoria Jurídica/SEED, até o fechamento do cadastro.

A movimentação dos recursos é feita pelo Presidente da APMF, em conjunto com o Tesoureiro da APMF e o Diretor do Colégio. O Plano de Aplicação, onde estão detalhadas as despesas correntes e de capital, deverá ser elaborado e aprovado pelo Conselho Escolar, pela Diretoria e Conselho Fiscal da APMF, com registro em ata própria.

O período de execução do recurso é até 31/12, data sujeita a alteração

conforme determinação do Conselho Deliberativo do FNDE e a prestação de contas apresentada em até noventa dias após o crédito. A movimentação dos recursos é feita somente através de cheque nominal ao fornecedor ou prestador de serviços.

4.6.3 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Programa implantado em 1955 para garantir, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O Pnae tem caráter complementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

Atualmente, o valor repassado pela União, por dia letivo, é de R\$ 0,22 por aluno. Para estudantes das escolas indígenas e localizadas em comunidades quilombolas, o valor per capita é de R\$ 0,44. Os recursos destinam-se à compra de alimentos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) que remete as escolas estaduais sob a forma de lotes. O repasse é feito diretamente aos estados, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCEI) e pelo Ministério Público.

Os recursos financeiros provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. O FNDE transfere a verba a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou

qualquer outro instrumento, que têm autonomia para administrar o dinheiro e compete a elas a complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar, conforme estabelece a Constituição Federal.

A transferência é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. Do total, 70% dos recursos são destinados à compra de produtos alimentícios básicos, ou seja, semi-elaborados e in natura. O valor a ser repassado para a entidade executora é calculado da seguinte forma: $TR = \text{Número de alunos} \times \text{Número de dias} \times \text{Valor per capita}$, onde TR é o total de recursos a serem recebidos.

A escola beneficiária precisa estar cadastrada no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). O cardápio escolar, sob responsabilidade da SEED/PR, deve ser elaborado por nutricionista habilitado, com o acompanhamento do CAE, e ser programado de modo a suprir, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% (quinze por cento) para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade. Sempre que houver a inclusão de um novo produto no cardápio, é indispensável a aplicação de testes de aceitabilidade.

A aquisição dos gêneros alimentícios é de responsabilidade da SEED/PR, que deve obedecer a todos os critérios estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, que tratam de licitações e contratos na administração pública.

No caso dos 30% do valor repassado pelo FNDE destinados a produtos da agricultura familiar, o processo licitatório pode ser dispensado, desde que os preços estejam compatíveis com os praticados no mercado local e os alimentos atendam a exigências de controle de qualidade.

Neste ano de 2009, o Colégio recebe merenda suficiente para atender todos os alunos matriculados, com base nos dados do Censo Escolar de 2008. Trabalham na cozinha, duas cozinheiras e uma ajudante, que preparam a merenda escolar servida no recreio do turno da manhã (10h 15 min), no da tarde (15h 30 min) e no turno da noite (21h 15 min).

Os alimentos recebidos são de boa aceitabilidade e qualidade, sendo

armazenados e preparados de acordo com a orientação da SEED/PR, que promove palestras de formação para as cozinheiras, sugere o cardápio e verifica a aceitabilidade junto aos alunos.

4.7 – Estágio não obrigatório e obrigatório

Ao se falar da inserção do jovem estudante no mundo do trabalho, precisa-se compreender o processo histórico educacional pelo qual passou o curso de Ensino Médio. Até a década de 90, seu principal objetivo era profissionalizante, com a Lei nº 9.394/96 ocorreu algumas mudanças políticas e econômicas, precisava-se de cursos que levassem o jovem estudante a acompanhar a rapidez do desenvolvimento tecnológico e suas transformações.

Sendo assim, o curso preparava o jovem estudante para o mundo tecnológico, suas transformações e avanços, não apenas um profissional para o mercado de trabalho, que com o passar do tempo pudesse estar desempregado, justamente por não estar habilitado a esse mundo tecnológico.

Segundo RAMOS (2004), esse discurso simples de dizer que o Ensino Médio prepara para o trabalho, flexibilizando as relações e os direitos sociais da crise do desemprego, na verdade ele prepara o jovem a viver e se adaptar com as incertezas do mundo, ou seja, se terá ou não a garantia de um emprego, trabalho. Isso confirma a ideia do Ensino Médio para o mercado de trabalho. Portanto com a Lei nº 9394/96 e a partir do decreto nº 2208/97, o curso a nível médio organizou-se da seguinte forma:

- Básico: independente da escolaridade prévia, destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização dos trabalhadores, podendo ser ministrado em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho – Art. II;
- Técnico: que confere habilitação profissional aos alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este;
- Tecnológico: curso de nível superior, na área tecnológica, para os egressos do Ensino Médio.

Esta organização prevê o ensino básico aos menos favorecidos economicamente, que necessitam de uma formação rápida para ingressar no mundo do trabalho, ou seja, estarem empregados e serem remunerados.

Os níveis técnicos e tecnológicos, para os que por diversas razões justificáveis ou não, não ingressaram em uma universidade, e ao estarem no mercado de trabalho, procuram tal formação pelas inúmeras promessas enganosas de uma remuneração igualitária, aos que tem formação a nível superior.

“Além do equívoco de imaginar que o curso rápido de formação profissional com ou sem escolaridade básica resolve o problema da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, esta proposta cria a falsa representação de que se resolve o problema do emprego através da educação” (KUENZER, 2000, p. 104)

A partir de 1996 os cursos profissionalizantes foram se extinguindo e passaram para a responsabilidade da Educação Profissional como no decreto anterior, que visava uma formação a nível técnico em paralelo com a formação geral a nível médio, essa perspectiva contrariava totalmente o que a Lei 9394/96 previa, que não há integração entre as duas formações, mantendo assim duas redes diferenciadas, profissionalizante e formação geral a nível médio. “Uma escola de cultura geral para as classes dirigentes e uma escola do trabalho produtivo e alienado para os jovens das classes populares, filhos dos trabalhadores” (FRIGOTTO, 2004, p. 58).

Em 2003 revoga-se o decreto 2208/98 e publica-se novo decreto nº 5154/2004, este prevê um Ensino Médio que prepare para o exercício de profissões técnicas, que não se volte somente para o mercado de trabalho e sim para a pessoa humana, que compreenda o mundo em que vive, que nele possa atuar mediante suas transformações.

Sendo assim o trabalho como princípio educativo que está previsto na Deliberação. 02/2009 e na Lei 11.788 pressupõe oferecer subsídios, a partir das diferentes disciplinas, com o objetivo de analisar as relações e contradições sociais. Não visa a preparação para o mercado de trabalho, mais sim para a inserção do aluno no mundo do trabalho analisando essas relações, o que implica em oferecer instrumentos conceituais ao aluno para que o mesmo possa analisar as relações de produção, de dominação, bem como as possibilidades de emancipação do sujeito a partir do trabalho.

Formar para o mundo do trabalho, requer o acesso aos conhecimentos

produzidos historicamente, a fim de possibilitar ao futuro trabalhador se apropriar do processo conceitual e operacional. Isto implica ir além de uma formação que secundariza o conhecimento necessário para compreender o processo de produção em sua totalidade.

Os conhecimentos escolares, são a via para se analisar esta dimensão contraditória do trabalho, que deve permitir ao aluno atuar no mundo do trabalho de forma autônoma, consciente e crítica. “A desigualdade não é gerada na escola, mas na sociedade. A escola pode reforça-la ou contribuir para a sua superação”. (FRIGOTTO, 2003 p. 58). Educar é, dentro deste ponto de vista, uma tarefa árdua, pois ao professor é confiada uma atividade da qual se terá resultados a longo prazo, considerando esta questão, o professor deve valorizar em sua prática pedagógica momentos onde os alunos sejam levados a reflexão sobre os seus atos, seus pensamentos e também a analisar as atitudes do outro, mantendo sempre o respeito as opiniões alheias.

O estágio não-obrigatório do Curso Ensino Médio do Colégio Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, está organizado de acordo com a seguinte legislação: conforme legislação específica, o estágio não obrigatório é concebido como parte integrante do processo formativo e profissional do aluno. O Artigo 82 da atual LDB, ampliou os objetivos e abrangência do estágio, previsto na Lei Federal no 6.497/77, incluindo o Ensino Médio. Embora a noção de estágio tenha origem na educação profissional, a própria legislação federal específica que o regulamentou, foi sábia, ao considerá-lo como “atividade de aprendizagem social, profissional e cultural”, o qual deve ser proporcionado ao estudante pela “participação em situações reais de vida e de trabalho, de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou em empresas ou organizações públicas ou privadas, sempre sob responsabilidade da instituição de ensino”.

A Lei 11.788 de 25/09/2008, dispõem sobre o estágio de estudantes desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação como principio educativo dos educandos que estejam frequentando o Ensino Médio regular e a Deliberação 02/09 de 06/03/09 dita normas para a organização e a realização de estágio não obrigatório no Ensino Médio regular.

A prática de estágio no Curso do Ensino Médio, visa contribuir no processo de preparação profissional dos alunos que frequentam a escola pública, que já são em grande parte trabalhadores, que veem no estágio a

experiência prática, podendo contribuir na habilitação para a inserção no mundo do trabalho profissional.

4.7.1 – Objetivos do Estágio

Considerando os valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, de fortalecimento aos vínculos de família, aos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca, a prática administrativa e pedagógica da escola, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação da política educacional, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de ensino e de aprendizagem e os procedimentos de avaliação necessitam hoje ser coerentes com as demandas sociais. Tendo em vista que tais demandas, na preparação para o mundo do trabalho, trazem a tona a necessidade de profissionais para o mundo do trabalho, relacionar-se com a sociedade, temos como objetivos gerais do estágio não obrigatório do Ensino Médio, o desenvolvimento do aluno e a construção de sua autonomia intelectual, propiciando subsídios para que ele atribua um novo sentido a prática individual, social e profissional. A aprendizagem remete sempre a algo com significado, aprende-se aquilo que se fez e que faz sentido. Isso implica uma interação propícia, uma relação afetiva entre quem aprende e o que é aprendido, logo o Estágio não obrigatório tem como função buscar a relação entre o aprendido em sala de aula e a sua materialização dentro das empresas concedentes dos estágios.

Apesar de o objetivo do processo de ensino sempre transcender a experiência imediata, o ponto de partida de qualquer aprendizagem sistemática deve ser o mundo do aluno, seus interesses culturais, suas paixões, percepções, linguagens etc. Daí a necessidade de os contextos dos jovens se tornarem parte integrante do contexto da escola, o que só ocorrerá como resultado da ação coletiva de professores, diretores e equipe pedagógica. Trata-se de uma forma eficiente de buscar elementos capazes de criar empatia do coletivo dos alunos com os projetos curriculares e o cotidiano, considerando esta perspectiva o estágio não obrigatório, tem como objetivos importantes:

- Conhecer o ambiente de trabalho e as relações ali expressas;

- Integrar a educação com o mundo do trabalho;
- Aprimorar o educando enquanto pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando com a prática;
- Ter compromisso científico, político e social com sua profissão que ora está sendo construída;
- Debater coletivamente em torno de questões sobre classe social, gênero, etnia e diversidade cultural possibilitando o combate à discriminação e a exclusão, defendendo a coexistência da diversidade;
- Empreender formas de atuação que promovam a cidadania a partir da compreensão da realidade, para que possam contribuir na formação da sociedade que se quer;
- Desenvolvimento do aluno e a construção de sua autonomia intelectual, capazes de propiciar subsídios para que ele atribua um novo sentido a prática individual, social e profissional;
- Consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- O reconhecimento da centralidade da educação escolar no contexto da transformação da sociedade;
- Principalmente visa contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo.

4.7.2 – Locais de Realização dos Estágios

Considerando que o Curso de Formação de Docentes é um curso profissionalizante e o Ensino Médio não é um curso profissionalizante, mas ambos tem subsídios de oferecer um conhecimento aprimorado cientificamente, para que o jovem estudante inicie sua inserção no mundo do trabalho, em pequenas práticas cotidianas de trabalho. Em 2009, selamos termo de cooperação com as empresas concedentes de estágio não obrigatório

e obrigatório, abaixo relacionadas:

- Prefeitura Municipal de Guaraniaçu
- COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica
- SEMED – Secretaria Municipal de Educação – Guaraniaçu, Pr
- SEMED – Secretaria Municipal de Educação – Campo Bonito, Pr
- Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde – Guaraniaçu, Pr

4.7.3 – Carga Horária e Período de Realização do Estágio Não Obrigatório e Obrigatório

- 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
- 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio;
- O que deve ficar claro com relação a carga horária do estágio é que o mesmo deve ser estabelecido pelas partes, instituição e parte concedente durante a semana, para que o aluno não seja prejudicado nos seus compromissos escolares, e que os cumpra pontualmente.

4.7.4 –Atividades de Estágio

Todas as atividades independentemente do local a ser realizado o estágio, objetiva o desenvolvimento de habilidades, atitudes, relacionamento interpessoal e hierárquico, comportamento ético, comunicação verbal e escrita, que permitem o conhecimento e a compreensão do trabalho, preparando o estagiário para o convívio profissional e para o exercício da cidadania, configurado nas seguintes atividades meio:

4.7.5 –Estágio Não Obrigatório – Curso Ensino Médio

- Auxiliar na análise de relatórios financeiros da empresa;
- Auxiliar na classificação de documentos;
- Auxiliar na confecção e elaboração de etiquetas;
- Auxiliar na confecção de relatórios;
- Auxiliar na conferência de documentos, listagens, relatórios ou materiais diversos;
- Auxiliar na conferência e preparação de documentos a serem processados;
- Auxiliar na digitação de documentos em geral;
- Auxiliar na elaboração de boletins informativos;
- Auxiliar na elaboração, apresentação e divulgação de projetos;
- Auxiliar na identificação de mercadorias;
- Auxiliar na informação de funcionamento de usuários;
- Auxiliar na orientação de clientes e prestar esclarecimentos sobre serviços dispostos na Unidade Concedente;
- Auxiliar na orientação de máquinas de auto atendimento;
- Auxiliar na pesquisa e coleta de dados;
- Auxiliar no arquivo e conferência de documentos, formulários, impressos ou relatórios diversos;
- Auxiliar no cadastramento – banco de dados;
- Auxiliar no setor de expedição;
- Colar etiquetas em peças;
- Conferir e confeccionar relatórios;
- Conferir extratos bancários;
- Controlar entrada e saída de documentos;
- Emitir notas fiscais;
- Fazer armazenamento de mercadorias;
- Fazer atendimento ao público em geral;
- Fazer auditoria de vendas;
- Fazer cobranças diversas (bancos, lotéricas, prestadoras de serviços em geral, entre outras.);
- Fazer digitação de documentos em geral;

- Fazer levantamentos de custo;
- Fazer ou atender ligações telefônicas;
- Identificar mercadorias;
- Operar aparelhos de fax;
- Operar microcomputadores e terminais;
- Organizar e consultar arquivos;
- Auxiliar na separação de documentos da matriz referentes a processos diversos;
- Auxiliar na separação de pedidos.
- Atividades ainda que possibilitem:
 - A integração social;
 - O uso de novas tecnologias;
 - Produção de textos;
 - Aperfeiçoamento do domínio do cálculo;
 - Aperfeiçoamento da oralidade;
 - Compreensão das relações do mundo do trabalho, tais como: planejamento, organização e realizações de atividades que envolvam rotina administrativa, documentação comercial e rotinas afins.

4.7.6 – Estágio Obrigatório – Curso Formação de Docentes

- Auxiliar de regência de classe, tanto na Educação Infantil como nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Auxiliar pedagogicamente em classe com alunos com necessidade especial;
- Auxiliar de atividades pedagógicas extra-classe;
- Auxiliar de laboratório de informática, de ciências ou outro;
- Auxiliar de biblioteca e/ ou brinquedoteca;
- Auxiliar na elaboração de material didático;
- Auxiliar na pesquisa e na definição dos conteúdos, de acordo com as diretrizes curriculares das disciplinas;
- Auxiliar na elaboração e revisão de textos.

- Auxiliar nas atividades em classe junto a professora;
- Orientar as crianças quanto a hábitos de higiene ou socialização;
- Orientar crianças quanto a disposição das dependências da escola;
- Preparar decoração de sala de aula;
- Organizar alunos para entrada na escola ou saída.

4.7.7 –Atribuições da Instituição de Ensino

Segundo a Lei Nº 11.788/08 dispõe sobre a atribuição do estabelecimento de ensino os seguintes parágrafos do Art. 7º e 8º:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estágio para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo

educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

Além das atribuições amparadas segundo a Lei, deve-se ainda:

- Incluir o estágio não-obrigatório no PPP e regimentar o estágio não obrigatório;
- Indicar professor orientador, responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades de estágio.

4.7.8 – Atribuições do Responsável pelo Estágio - Pedagogo

Segundo a Lei nº 11.788/2008, art. 3º, compete ao Pedagogo responsável observar os seguintes requisitos:

- I – matrícula e frequência regular do educando público-alvo da lei;
- II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e
- III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

Cabe ao Pedagogo as seguintes atribuições:

- elaborar o plano de estágio e orientar sua execução;
- organizar formulários e registros para acompanhamento do estágio de cada aluno;
- manter permanente contato com os supervisores responsáveis pelo estágio na parte concedente;
- explicitar a proposta pedagógica da Instituição de Ensino e do plano de estágio obrigatório e não-obrigatório à parte concedente;
- planejar com a parte concedente os instrumentos de avaliação e o cronograma de atividades a serem realizadas pelo estagiário;
- realizar avaliações que indiquem se as condições para a realização do estágio estão de acordo com o plano de estágio e o Termo de Compromisso, mediante relatório;

- zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;
- orientar a parte concedente e o aluno sobre a finalidade de estágio;
- orientar a parte concedente quanto à legislação educacional e às normas de realização do estágio;
- solicitar relatórios de estágios da parte concedente e do aluno;
- orientar previamente o estagiário quanto: - às exigências da empresa; - às normas de estágio; - aos relatórios que fará durante o estágio; - aos direitos e deveres do estagiário.

4.7.9 -Atribuições da Parte Concedente

Segunda a Lei Nº 11.788/08 dispõe sobre a atribuição do estabelecimento de ensino os seguintes parágrafos do Art. 9º:

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estágio, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação

de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que se trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

4.7.10 – Atribuições do Responsável pela Supervisão de Estágio na Parte Concedente

- Acompanhar o plano de atividades do estágio proposto pela parte concedente e a instituição de ensino;
- tomar conhecimento do Termo de Compromisso;
- orientar e avaliar as atividades do estagiário em consonância com o Plano de Estágio;
- preencher os relatórios de estágio e encaminhar à instituição de ensino;
- manter contato com o Professor orientador da escola;
- propiciar instalações e ambiente favoráveis à aprendizagem social, profissional e cultural dos alunos;
- encaminhar relatório de atividades, com prévia e obrigatória vista do estagiário, à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 meses.

4.7.11 –Atribuições do Estagiário

Considerando a concepção de Estágio:

- ter assiduidade e pontualidade, tanto nas atividades desenvolvidas na parte concedente como na instituição de ensino;
- celebrar Termo de Compromisso com a parte concedente e com a instituição de ensino;
- respeitar as normas da parte concedente e da instituição ensino;
- associar a prática de estágio com as atividades previstas no plano de

estágio;

- realizar e relatar as atividades do plano de estagio e outras, executadas, mas não previstas no plano de estágio;
- entregar os relatórios de estágio no prazo previsto.

Segunda a Lei Nº 11.788/08 dispõe sobre a atribuição do estabelecimento de ensino os seguintes parágrafos do Art. 10º, 11º, 12º, 13º e 14º:

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o alunos estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do

Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente.

4.7.12 – Forma de Acompanhamento do Estágio

Para o acompanhamento da Prática de Estágio, a escola conta com um responsável, Pedagoga, o qual está sempre em contato com as empresas concedentes para o acompanhamento dos estagiários, nas funções que exercem no estágio, cumprimento de tarefas e horários, além da leitura dos relatórios semestrais elaborados pelas empresas concedentes do estágio.

Frente a necessidade de registro de dados quanto ao acompanhamento elaborou-se fichas e formulários a serem preenchidos e assinados pelas pessoas envolvidas no processo de efetivação do estágio. Esses formulários e fichas são anexados (as) a esse Plano.

4.7.13 – Avaliação do Estágio

A avaliação é parte integrante da prática educativa, portanto também da prática social. A avaliação, como forma de atividade humana tem dimensão formadora cuja função é promover o desenvolvimento do homem, em qualquer esfera de sua vida. Também tem dimensão criadora, pois possibilita ao ser humano trabalhar com o novo, construir, reinventar, combinar e sobretudo assumir riscos. A avaliação explicita o combinar e sobretudo assumir riscos. A avaliação explicita o seu verdadeiro sentido pedagógico que é o de revelar resultados das ações do presente, as possibilidades das ações do futuro e as práticas que precisam ser transformadas.

Para avaliar, o professor orientador do estágio não obrigatório e

obrigatório precisa analisar em medida o Plano de Estágio se está cumprindo:

No que se refere ao aluno embora não tenha função de veto ao estágio não obrigatório, faz-se necessário avaliar em que medida está contribuindo ou não para o desempenho escolar do aluno. Desta forma o professor orientador precisa ter acesso a três documentos do aluno:

- rendimento e aproveitamento escolar;
- relatório elaborado pelo aluno (anexo);
- relatório de desempenho das atividades encaminhadas pela parte concedente (anexo).

No que se refere à parte concedente: o professor orientador mediante a análise dos relatórios, tem incumbência de avaliar as condições de funcionamento do estágio recomendando ou não sua continuidade. Aspectos a serem observados: Cumprimento do Artigo 14 da Lei 11.788/98 e Artigos 63, 67 e 69 da lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescentes.

- A avaliação do estágio é de responsabilidade do Pedagogo designado, para acompanhar o estagiário. Dar-se-á com base nos relatórios parciais deste profissional e o das empresas concedentes de estágio.

4.8 – Parcerias com a APMF

Em parceria com o Colégio, a APMF – Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa busca meios de obter algum recurso financeiro para complementar os recursos recebidos através do Fundo Rotativo e do Programa Dinheiro Direto na Escola. A APMF tem a autorização para o funcionamento da Cantina Escolar, onde vende lanches aos alunos nos turnos de funcionamento do Colégio, em conformidade com o estabelecido na Lei Estadual.

Os valores praticados na comercialização dos produtos não excedem a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço de custo. Os valores arrecadados com a Cantina são utilizados na manutenção de despesas gerais da escola e em investimentos.

A APMF mantém a conta corrente n.º 219632-8, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência Guaraniaçu. A Prestação de Contas dos valores arrecadados pela

Entidade, é apresentada semestralmente para os integrantes da APMF e anualmente para a Comunidade Escolar, em Assembleia Geral.

4.9 - Recursos Humanos

Considerando a realidade da escola, o número expressivo de alunos matriculados e a grande área construída, no ano de 2010 a maior necessidade de recursos humanos em nossa escola, continua sendo em relação ao número de Professores Pedagogos, sendo necessário a contratação urgente de mais profissionais da área, bem como de funcionários para setor administrativo.

4.10 – Avaliação do Projeto Político Pedagógico

Conforme vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, em 2009 também foram realizadas durante as reuniões pedagógicas discussões com o intuito de analisar e re-elaborar o Projeto Político Pedagógico da escola visando melhorar alguns aspectos que, segundo a comunidade escolar, deveriam ser revistos e modificados. Entendendo que o Projeto Político Pedagógico de uma instituição está em constante processo de reformulação percebemos que na auto-avaliação cria-se uma oportunidade de reflexão, aprendizado e crescimento para a comunidade escolar. O valor pedagógico deste processo é proporcional ao empenho da escola e a participação, a mais democrática e representativa de todos os segmentos da comunidade escolar. Sendo que a falta desta participação na construção do projeto, faz com que os envolvidos não assumam a proposta da escola. Como a auto-avaliação constitui um instrumento de gestão, percebe-se que o processo deve iniciar com a reformulação e ou aperfeiçoamento do plano de gestão para a melhoria da escola. O processo de auto-avaliação deve iniciar com consulta ao Conselho Escolar, a fim de definir em conjunto, o modo de conduzir o processo e iniciar os trabalhos. O Conselho Escolar precisa ter clareza das dimensões mais importantes da gestão democrática, estabelecendo a partir daí os critérios pelos quais a escola será auto-avaliada.

4.11 – Avaliação Institucional – Sistema de acompanhamento e avaliação do estabelecimento

A auto-avaliação é uma oportunidade de reflexão, aprendizado e crescimento para a comunidade escolar. O valor pedagógico desse processo é proporcional ao empenho da Escola e à participação, a mais democrática e representativa possível, de todos os segmentos da comunidade escolar. Como a auto-avaliação constitui um instrumento de gestão, o processo deverá culminar com a formulação e/ou aperfeiçoamento do Plano de Melhoria de Gestão para a escola.

O processo de auto-avaliação deve iniciar com uma consulta ao Conselho Escolar, a fim de definir em conjunto, o modo de conduzir o processo e iniciar os trabalhos. O Conselho Escolar precisa ter clareza das dimensões mais importantes da Gestão Democrática, estabelecendo a partir daí, os critérios pelos quais a Escola será auto-avaliada. O Conselho Escolar, utilizando-se de perguntas e evidências pode procurar delinear o perfil da gestão escolar. Para este ano de 2010, a escola prevê a Avaliação Institucional para o segundo semestre, sendo a mesma planejada para acontecer durante as reuniões pedagógicas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. Revista da Faculdade de Educação. USP. v.24, n. 2, jul./dez. 1998. p. 181-204. Disponível em <<http://scielo.br>> Acesso em: 24 ago. 2007.

Comitê Nacional do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. Manual de Auto-Avaliação Escolar. Brasília, julho/1999.

DEPRESBITERIS, Léa. Avaliação da Aprendizagem: revendo conceitos e posições. In: Avaliação do rendimento escolar. Campinas: Papirus, 1991

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.61.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). Autonomia da Escola: Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências . In: Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública. A Pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELLO, Guiomar Namó de; DALLAN, Maura Chezzi; GRELLET, Vera. A Proposta Pedagógica em Construção. Secretaria da Educação do Estado do Paraná, setembro/2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 2000. p.44.